

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Artes - Campus São Paulo

BIANCA APARECIDA DE OLIVEIRA

**ARTIVISMO FEMINISTA CAIPIRA:
intersecções entre território, gênero, feminismo e teatro em campo
expandido**

São Paulo

2023

BIANCA APARECIDA DE OLIVEIRA

**ARTIVISMO FEMINISTA CAIPIRA:
intersecções entre território, gênero, feminismo e teatro em campo
expandido**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Artes da Unesp, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em Arte-Teatro.

Orientadora: Profa. Dra. Lucia R. V. Romano

São Paulo

2023

Ficha catalográfica desenvolvida pelo Serviço de Biblioteca e Documentação do
Instituto de Artes da Unesp. Dados fornecidos pelo autor.

O48a Oliveira, Bianca Aparecida de

Artivismo Feminista Caipira: intersecções entre território, gênero, feminismo e
teatro em campo expandido / Bianca Aparecida de Oliveira. -- São Paulo, 2023.

99 f. : il. color.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lúcia R. V. Romano.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Arte-Teatro) –
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes.

1. Identidade de gênero. 2. Feminismo. 3. Artes cênicas. I. Romano, Lúcia R.
V. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. III. Título.

CDD 305.42

Bibliotecária responsável: Mariana Borges Gasparino - CRB/8 7762

BIANCA APARECIDA DE OLIVEIRA

**ARTIVISMO FEMINISTA CAIPIRA:
intersecções entre território, gênero, feminismo e teatro em campo
expandido**

Trabalho de conclusão de curso aprovado pelo
Instituto de Artes da Unesp, como requisito
parcial para a obtenção do título de licenciada
em Arte-Teatro.

São Paulo, 13/12/2023

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Lúcia Regina Vieira Romano
Instituto de Artes da Unesp - Orientadora

Profª. Dra. Denise Pereira Rachel
Instituto de Artes da Unesp

Mestranda Rosana Leci Andrade
Instituto de Artes da Unesp

Dedico este trabalho à minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Nice e Urias, por todo o apoio durante a minha trajetória na universidade e por terem acreditado na minha capacidade e terem investido em mim.

À Profa. Dra. Lúcia Romano por toda a dedicação e paciência em suas orientações.

À Profa. Dra. Denise Rachel e à Mestranda Rosana Leci Andrade pelas contribuições generosas sobre a minha pesquisa e, em especial, por terem aceito fazer parte da banca.

Aos meus amigos e amigas artistas do Núcleo de Teatro de São Pedro (Nutesp), da Salve! Cia de Teatro, do Grupo Cochichonacoxia e do Grupo Andaime Teatro por estarem ao meu lado nesta descoberta como atriz.

Ao Barbosa Neto, meu primeiro professor de teatro, que me apresentou a arte como possibilidade de carreira e de confronto às opressões.

Às parceiras e amigas da Cena Feminista por terem enriquecido a minha visão sobre o feminismo, pela escuta generosa nas reuniões em que compartilhei um pouco da minha pesquisa e pelas ricas contribuições e pensamentos sobre a mesma.

À minha psicóloga Vanessa por todo o profissionalismo e suporte emocional que foram essenciais para eu superar os meus medos e bloqueios e ter tornado esta jornada um pouco mais leve.

E, por fim, agradecimentos especiais à Mayra, Gabriela e Karine por terem aceitado tão prontamente o convite para fazer parte deste trabalho. Toda a minha admiração e gratidão à vocês!

“Por que sou levada a escrever?

Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.”

Gloria Anzaldúa, em Uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo

RESUMO

Este trabalho lança um olhar revelador e crítico sobre o descobrir-se feminista da autora na investigação da relação entre sua localidade de origem, uma cidade pequena do interior de São Paulo, e as tensões sociais presentes na construção de sua identidade como mulher, artista e feminista. Para narrar a descoberta de si como feminista, a autora reflete sobre como uma tomada de consciência acerca das questões de gênero pode resultar na redescoberta da própria individualidade, transformando seu olhar sobre a produção teatral. São relevantes neste estudo as noções de território e territorialidade em convergência e confronto com identidade social de gênero e feminismo. Quando e como uma pessoa torna-se mulher? Como a conjuntura social e política de um território afeta a construção e expressão das identidades? Como alguém se descobre feminista e no que isso implica? Esses processos de subjetivação e de posicionamento político influenciam a criação cênica? Com o objetivo de também trazer uma pluralidade de narrativas sobre os assuntos em quadro, o protagonismo no tratamento destas questões será compartilhado com outras mulheres artistas, convidadas a oferecer suas perspectivas sobre a relação territorialidade-mulheridade-feminismo-arte, comentando sobre suas experiências de vida e processos artísticos. Entendendo a complexidade que concerne a formação de uma sociedade, na conjuntura político-social atual, agrega-se a esta pesquisa uma observação fundamental sobre os conceitos de branquitude e cisgeneridade, que se interseccionam a gênero. O cruzamento conceitual entre feminismo e território, do mesmo modo necessário, conduz a argumentação para as discussões do feminismo decolonial como forma de confronto aos sistemas de opressão vigentes nos territórios das ex-colônias, ditos periféricos. Por fim, esse conjunto de reflexões conduzirá ao debate da expansão do teatro para teatralidades diversas, ampliando sua potência de transformação de realidades, nos âmbitos individual e coletivo.

Palavras-chave: Identidade social de gênero; feminismo decolonial; território caipira; ativismo feminista; teatro.

RESUMEN

Este trabajo arroja una mirada reveladora y crítica sobre el descubrimiento feminista de la autora, en la investigación de la relación entre su localidad de origen, una pequeña ciudad del interior de São Paulo, y las tensiones sociales presentes en la construcción de su identidad como mujer, artista y feminista. Para narrar su descubrimiento como feminista, la autora reflexiona sobre cómo una toma de conciencia sobre las cuestiones de género puede resultar en el redescubrimiento de la propia individualidad, transformando su visión de la producción teatral. Son relevantes en este estudio las nociones de territorio y territorialidad, en convergencia y confrontación con identidad social de género y feminismo. ¿Cuándo y cómo una persona se convierte en mujer? ¿Cómo influye la coyuntura social y política de un territorio en la construcción y expresión de las identidades? ¿Cómo se llega a ser feminista y qué implica eso? ¿Estos procesos de subjetivación y de posicionamiento político influyen en la creación escénica? Con el objetivo de traer también una pluralidad de narrativas sobre los temas tratados, el protagonismo en el tratamiento de estos temas será compartido con otras mujeres artistas, invitadas a ofrecer sus perspectivas sobre la relación territorial-mujer-feminismo-arte, comentando sobre sus experiencias de vida y procesos artísticos. Entendiendo la complejidad que concierne a la formación de una sociedad, en la coyuntura político-social actual, se agrega a esta investigación una observación fundamental sobre los conceptos de blanquitud y cisgeneridad, que se intersectan con el género. El cruce conceptual entre feminismo y territorio, del mismo modo necesario, conduce la argumentación para las discusiones del feminismo descolonial como forma de confrontación a los sistemas de opresión vigentes en los territorios de las ex colonias, llamadas periféricas. Por último, este conjunto de reflexiones conducirá al debate de la expansión del teatro para teatralidades diversas, ampliando su potencia de transformación de realidades, en los ámbitos individual y colectivo.

Palabras-clave: Identidad social de género; feminismo descolonial; territorio caipira; artivismo feminista; teatro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1- Vista panorâmica da cidade de São Pedro	49
Fotografia 2- Igreja Congregação Cristã no Brasil	50
Fotografia 3- Escola Estadual José Abílio de Paulo.....	51
Fotografia 4- Museu Gustavo Teixeira.	52
Fotografia 5- Casa de infância - fachada	53
Fotografia 6- Esquina da casa	54
Fotografia 7- Vista da frente da casa, com a entrada lateral para o Cemitério da Saudade.....	55
Fotografia 8- Escola Municipal de Ensino Básico (EMEB) “Profª Maria de Fátima do Amaral” - fachada	56
Fotografia 9- Escola Municipal de Ensino Básico (EMEB) “Profª Maria de Fátima do Amaral” - lateral	57
Fotografia 10- Casa da Vó	58
Fotografia 11- Sociedade Beneficente 13 de Maio de Piracicaba	82
Fotografia 12- Associação Comunitária, Cultural, Educacional e Política Casa do Hip Hop de Piracicaba	83
Fotografia 13- Barranco Cultural	84

Sumário

1 Introdução: Tornando-se mulher pesquisadora e outras intersecções identitárias.....	12
2 A perspectiva da artista e da cidadã em formação.....	15
2.1 A cidade: pertencimento e estranhamento na cena de origem.....	15
2.2 O teatro: primeiros passos para uma tomada de consciência social e política.....	21
2.3 O ser mulher em evidência: a construção como pessoa feminista.....	27
2.3.1 Confrontando questões de gênero através do relato autobiográfico.....	28
2.3.2 Um olhar sobre a violência de gênero.....	34
2.3.3 Relato-manifesto sobre o feminismo como prática do espírito.....	39
3 Uma mulher que migra e a compreensão da (sua) territorialidade.....	43
3.1 A relação entre o território e a construção do sujeito: considerações sobre territorialidade, nos estudos da nova geografia, da antropologia e das artes cênicas.....	43
3.2 Um passeio pela cidade de São Pedro.....	49
3.3 Atravessando margem e centro (a chicana e o sujeito fronteiriço).....	60
4 Ninguém é uma só: interseccionalidade e decolonialidade nos feminismos.....	65
4.1 Desvendando sistemas múltiplos de opressão.....	65
4.1.1 Colocando a branquitude em foco.....	65
4.1.2 Colocando a cisgeneridade em foco.....	68
4.1.3 Colocando a (de)colonialidade em foco.....	69
5 Ampliando a visão e a voz: o círculo de mulheres artistas.....	73
5.1 Gabriela Naomi, Karine Silva Faleiros e Mayra Kristina de Camargo: história oral e as mulheres entrevistadas.....	73
5.1.2 Impactos da consciência de gênero e dos processos de subjetivação da identidade	76
5.1.3 Qual é a questão? Contradições do movimento feminista e do ser mulher no território escolhido.....	80
6 O que pode a arte teatral na cena expandida? Políticas de identidade no fazer artístico.	90
7 Considerações finais - Mulher, artista e feminista: o alcance do pensar, do conversar e do fazer.....	93
Referências.....	97

1 Introdução: Tornando-se mulher pesquisadora e outras intersecções identitárias

Ao escolher o tema deste trabalho, uma das primeiras ideias que me ocorreu foi falar sobre o movimento feminista. O tornar-se mulher e a construção de uma noção política sobre as causas e consequências deste papel na sociedade que ocorreram paralelamente ao meu desenvolvimento como artista, fizeram-me aproximar do feminismo, primeiramente por conta da sensação de ter encontrado um espaço no mundo onde meus sentimentos em relação à opressões sofridas foram validados e, depois, pelas contradições presentes no mesmo que me foram apresentadas no últimos anos, o que suscitou a curiosidade para tentar compreendê-las. Logo, passei a buscar contato com o tema por meio de palestras, peças de teatro, oficinas, mesas de debate, entre outros eventos onde pude perceber que o assunto pode ser abordado através de óticas diversas: como um movimento de luta de proporções globais, o feminismo carrega em seu cerne todas as complexidades, advindas das inúmeras necessidades que as variadas formas de vivenciar a *mulheridade* exigem.

Para tanto, comecei a pensar no que significava para mim ser mulher na nossa sociedade e depois, sobre o que é essa sociedade, também tão diversa.

Então voltei os olhos para de onde vim: nasci e fui criada numa cidade pequena do interior de São Paulo, onde desde a adolescência mantive uma rotina de convivência com outros artistas. Porém, só passei a me considerar feminista após me mudar para São Paulo, a fim de cursar Bacharelado em Artes Cênicas na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Atribuo isso ao fato de que apenas na faculdade tive acesso às discussões sobre o movimento feminista, assim como sobre equiparidade de gênero e afins. Esses debates me levaram a indagar sobre a conjuntura social e política que está por trás da falta de acesso que me atingiu: esses são assuntos tão importantes para nossa construção social e ética que deveria ser parte da vida de todas as pessoas, principalmente, as mulheres de cidades pequenas do interior! Elas também fazem parte desta luta e são maioria no país e, ironicamente, parecem ser as que menos se identificam com o movimento feminista.

Tendo em vista que o feminismo pretende ser um movimento de luta organizado e que por conta disso busca ampliar o número de militantes e aumentar territorialmente o alcance dos seus discursos, é válido refletir as razões pelas quais muitas mulheres, localizadas em

cidades pequenas, duvidam ou rejeitam este movimento. Partindo deste fato, proponho aqui um percurso de pesquisa onde, de início, busca-se entender como se dá a formação da identidade destas mulheres, partindo do pressuposto de que o território em que cresceram se apresenta como ponto demarcatório para a construção identitária delas como ser social que desde o nascimento se relaciona com o ambiente em que vivem. Tendo as cidades pequenas como campo de estudo, questiona-se quais as especificidades encontradas na territorialidade destes espaços que poderiam ser consideradas pilares da formação de uma identidade caipira. É importante mencionar que tal construção identitária não se dá de forma homogênea, tampouco imutável, e que neste estudo é realizado um exercício de apropriação e valorização do termo caipira, para fins da própria pesquisa.

Para além disso, acrescenta-se mais um recorte a este estudo: a experiência artística como parte do desenvolvimento de uma consciência política e social. Pois, a partir da rememoração da minha experiência, pude perceber que no contato com grupos de teatro do qual fiz parte e suas respectivas pesquisas, fui apresentada a um tipo de fazer teatral que priorizava a reflexão crítica acerca da sociedade. Esta circunstância mostrou-se essencial para que eu fortalecesse um olhar crítico perante diferentes realidades. Por conseguinte, entende-se aqui a ideia de que quando uma mulher passa a enxergar as questões de gênero e a apropriar-se delas, torna-se capaz de ressignificar a sua própria individualidade e esta consciência, além de feminista, é social e política.

A escolha pela metodologia autobiográfica nesta escrita vem da necessidade de, por meio da revisitação da minha própria experiência como mulher (tendo em vista o recorte de classe, gênero e raça em que estou incluída), e tendo como base a fundamentação teórica a que tenho acesso, posso construir um olhar crítico sobre minha própria realidade e, assim, desenvolver uma consciência crítico-feminista mais fortalecida. Além disso, seria possível a desconstrução de preconceitos enraizados, e por fim, a transformação da experiência social compartilhada com outras pessoas, sempre considerando o entendimento de minhas potencialidades e carências. Para contribuir com uma experiência dinâmica de leitura, esta parte foi redigida usando diferentes estratégias de escrita e linguagens, incluindo um percurso fotográfico (no capítulo 2), que possibilita a rememoração de narrativas trazidas anteriormente e somando as imagens como potência narrativa.

Além disso, estou consciente de que posso abranger a realidade de maneira apenas parcial, pois parto da história de uma mulher cisgênera e branca e, por isso, não contemplo todas as mulheres e suas respectivas vivências. Diante disso, se faz necessário que esta

pesquisa transcenda seu caráter pessoal para dar lugar a experiências diversificadas das minhas. Busco isso contrapondo minhas vivências a entrevistas e depoimentos de outras mulheres artistas do interior de São Paulo, através da metodologia da história oral. Por meio deste material, pretende-se um aprofundamento sobre o assunto, que contribui para a perspectiva autobiográfica, pois inclui a reflexão crítica sobre minha branquitude e cisgeneridade.

Nas entrevistas, as artistas irão falar sobre suas relações específicas com as territorialidades que fazem parte e o que pensam sobre o feminismo, para então discorrer sobre as possíveis influências nos próprios processos artísticos.

Em continuidade, apresenta-se uma perspectiva que situa todas as mulheres como participantes de um sistema de opressão em âmbito global, onde cada uma ocupa involuntariamente seu lugar social. Para isto, emprega-se o *feminismo decolonial*, por conta da sua capacidade de combate às estruturas europeias, brancas e cisgêneras. Ao trazer a *decolonialidade* nas lutas feministas como pauta, afirma-se que a luta contra a opressão não deve ser descolada do contexto social e político pertinente às diversas territorialidades existentes e a quem vive nelas.

Por fim, a partir deste material, retoma-se a discussão sobre a relação do fazer artístico com o feminismo em paralelo às minhas experiências e, em evidência, às experiências das entrevistadas. Relembrando o percurso deste trabalho, onde partiu-se do ponto de vista autobiográfico acerca da experiência do ser-mulher para as narrativas colhidas nas entrevistas e do estudo da territorialidade de pequenas cidades para uma reflexão sobre um sistema de opressão universal perpetuado pelo colonialismo presente atualmente, propõe-se uma análise de como as discussões abordadas até agora estabelecem relações com processos artísticos, com enfoque no teatro em campo expandido. Por fim, reflete-se sobre o impacto que o cruzamento entre o mesmo e o feminismo pode ter em pequenas cidades, ao se revelar como ferramenta de transformação social.

2 A perspectiva da artista e da cidadã em formação

Neste primeiro capítulo, apresento uma sequência de relatos autobiográficos que tem como temáticas (1) minha relação com o território de São Pedro, cidade onde cresci, (2) a influência do Teatro em meu crescimento como ser social e meu desenvolvimento como artista e, (3) a descoberta da consciência de gênero social e do ser feminista. A partir dos relatos, pretendo trazer à tona alguns tópicos específicos, buscando expandir a visão do(a) leitor(a) de uma esfera pessoal para a coletiva.

2.1 A cidade: pertencimento e estranhamento na cena de origem

A seguir, apresento uma breve descrição da história de São Pedro, local onde passei a maior parte da minha vida. Com isso, pretendo contar aspectos históricos e sociais da cidade e seus elementos culturais como práticas religiosas, festas, alimentação e atividades comerciais. Estes são traços de reprodução cultural que compõem uma identidade coletiva que se relacionam com a minha história pessoal.

Pertencer para estranhar ou estranhar para pertencer?

São Pedro é uma cidade localizada no interior de São Paulo, na encosta da Serra do Itaqueri. A serra possui mirantes que dão acesso a uma bela vista panorâmica das cidades vizinhas. Ela é famosa pela prática de esportes de aventura, como salto de parapente, e pelas inúmeras cachoeiras na região. O município também é conhecido como "a cidade do bordado", tendo como marca registrada o bordado em ponto cruz, e mantém um núcleo atuante de artesãs e artesãos, que dão continuidade a uma tradição iniciada há mais de oitenta anos. No centro histórico da cidade, tem a Praça Matriz e uma igreja com o mesmo nome; bem ao centro da praça, tem um busto de um poeta chamado Gustavo Teixeira e, também, um Museu que leva seu nome.

A origem da minha cidade remonta a meados de 1725, quando os viajantes tropeiros abriram uma trilha na mata virgem, rumo à Cuiabá. A região pertencia à tribo indígena dos Paiaguás, que hoje é considerada extinta: diz-se que a tribo costumava atacar as caravanas que passavam pela região, por rio ou terra, e como forma de evitar os ataques, foi construída entre os rios Pinheiro e Samambaia um pouso, conhecido como Pouso do Picadão, para que os viajantes pudessem descansar durante a noite em lugar seguro. Após a constituição da

sesmaria do Pinheiro, concedida pelo Reino de Portugal, tornou-se obrigação dos ocupantes deste pouso formarem um povoado. Como de praxe, foi construída uma capela, com a autorização da Igreja Católica. Então, o povoado passou a se chamar Capela do Picadão, e tinha como santo padroeiro São Sebastião que, tempos depois mudou para São Pedro.

A terra dali era muito fértil, o que tornou possível o plantio de café, atraindo novos moradores e muita mão de obra escrava. Após a abolição da escravidão, essa mão de obra foi substituída pela da imigração, vindo para São Pedro imigrantes, em sua maioria, vindos da Itália. Atualmente, ainda é possível observar inúmeros comércios de origem familiar, cujos nomes são de descendência italiana: comércios de famílias com sobrenomes como Matarazzo, Manfrinato e Baltieri fazem parte da minha memória de infância. Na crise de 1929, com a queda da produção de café, foi iniciada essa tradição do bordado em ponto cruz, que faz o lucro de pequenos comerciantes até hoje. Hoje em dia, o evento gastronômico, cultural e religioso mais popular daqui é a “Festa de São Pedro e São Sebastião”, organizada pela paróquia de São Pedro. Realizada no meio do ano, o evento mobiliza vários comerciantes da cidade que montam suas barraquinhas com produtos variados. A praça é decorada, com show musical no coreto e outras atrações culturais e missa em homenagem ao padroeiro. E tem também a “Festa italiana”, em homenagem às famílias imigrantes, com comidas e atrações típicas, como dança e música italiana.

Além dessas características muito próprias, a cidade possui traços comuns a tantas outras localizadas no interior do Estado: a cidade tem um bairro comercial localizado no centro, com uma praça rodeada de árvores, uma igreja católica e um coreto ao meio. Ali se concentra a maioria dos eventos e atividades culturais e, por conseguinte, a maioria dos estabelecimentos comerciais, como lojas, bares, restaurantes e bancos. Por conta disso, o centro é o espaço para onde cidadãs e cidadãos são pedrenses vão atrás de lazer aos finais de semana. Em praticamente todos os bairros residenciais tem ao menos um boteco e uma igreja evangélica e sabemos o nome dos vizinhos que, em troca, conhecem detalhes de nossas vidas pessoais (quer queiramos, quer não).

A forma como é ocupado um território e as manifestações culturais ali fomentadas pelo poder público e pela comunidade atribuem características e qualidades para uma cidade que, por sua vez, determinam como a mesma será vista a nível estadual e nacional.

É fato que a influência da religião cristã está arraigada na História do Brasil desde o início da colonização. A Coroa Portuguesa sustentava a Igreja Católica, que por sua vez estabelecia

junto à comunidade a manutenção dos valores morais e dos bons costumes através do estudo das escrituras sagradas, promovendo ações como a catequização de indígenas pelos jesuítas e, logo depois, a catolicização de escravizados(as) pelos senhores de engenho no Período Colonial (1500 - 1822). Este processo extremamente violento obrigou pessoas pretas e indígenas a abdicarem de suas culturas e crenças para assumir a dos colonizadores.

No Império Brasileiro, a constituição estabeleceu que o catolicismo era a religião oficial do país e o Estado deveria manter financeiramente a Igreja Católica, que sempre teve forte influência na educação, sendo obrigatório o ensino religioso nas escolas. Após o Período Republicano (1889-1930), começou-se uma separação gradual entre Estado e Igreja, embora os valores da moral e dos bons costumes fortalecidos pelo cristianismo ainda fizessem parte do imaginário da população.¹

Apesar do catolicismo estar muito presente nos dias de hoje, é a religião evangélica que vem ganhando cada vez mais espaço no Brasil. A grande proliferação de templos evangélicos, em especial em bairros residenciais nas grandes e pequenas cidades, mostrando uma grande capacidade destas instituições de acessar toda a comunidade, também é corroborada por políticas públicas que endossam esta expansão. Por exemplo, durante o 1º mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi aprovado um decreto (Lei nº 10.825 de 22 de dezembro de 2003)² que impede o Estado de proibir o registro de organizações religiosas no Brasil, fato que juntamente com o cenário da economia da época, que estava em ascensão, contribuiu para o aumento das igrejas evangélicas, pois os fiéis tinham condições financeiras de pagar o dízimo. Como consequência, o aumento dos grupos evangélicos favoreceu que os mesmos passassem a ocupar postos de poder na produção cultural e na política. Em reportagem circulada em dezembro de 2022, foi previsto um aumento de 19% de parlamentares na Frente Parlamentar Evangélica (FPE), fazendo com que a bancada batesse o recorde de membros para enfrentar causas consideradas progressistas, como a chamada ideologia de gênero e a legalização do aborto.³

A influência da cultura religiosa no Brasil e a manutenção dos seus valores morais e costumes afetam diretamente os núcleos familiares como pretendo mostrar abaixo sobre o bairro onde cresci.

¹Para mais informações sobre o período colonial e republicano, consultar: Fausto (2006).

²Ver em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.825.htm. Acesso em: 18/11/2023.

³Ver mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bancada-evangelica-congresso-tera-recorde-membros-proxima-legislatura/>. Acesso em: 18/11/2023.

Nos meus primeiros dois ou três anos de vida, morei em uma chácara localizada na zona rural de Águas de São Pedro, onde minha mãe trabalhava como caseira e meu pai como garçom na cidade. Por conta da idade, não tenho muitas lembranças, mas tenho muitas fotos daquela época onde vivi em um amplo espaço verde e convivendo com animais, como cachorros e aves. Quando minha mãe estava grávida de meu irmão, não podia arcar mais com o trabalho pesado e, então, nos mudamos para a cidade de São Pedro. Sei que moramos pouco tempo numa casa localizada no Bairro Vale do Sol e depois mudamos para outra casa que ficava próxima à Avenida da Saudade, onde passei a maior parte da minha infância.

Era um bairro pequeno que tinha tudo que uma família precisasse por perto: supermercado, padaria, centro comercial e escola próximos. Morava numa casa com quatro cômodos e quintal grande com muitas plantas, um pé de limão, um pé de romã e um mamoeiro que nunca vingou. A casa ficava na esquina e de frente para o cemitério e muitas vezes pela manhã, eram encontradas velas vermelhas, cachaça, farofa, galinhas pretas mortas na esquina de casa e todos à minha volta falavam que não era coisa de Deus, pois era macumba. Aquilo me gerava um grande estranhamento, pois eu nunca vi as pessoas que faziam este ritual, eu só sabia que não podia tocar em nada (neste caso, a curiosidade infantil não superou o sentimento de medo) e que devia orar todas as noites para afastar o mal. Desde esta época, ouvi histórias de pessoas que mexeram com macumba e, por isso, tiveram a vida arruinada. Uma vez, uma “irmã” da igreja disse que uma mulher umbandista orou por ela e, que por conta disso, ela passou mal no dia seguinte.

As crianças brincavam na rua de jogar bola, pega-pega e esconde-esconde e eu e meu irmão brincávamos do lado de dentro, não tínhamos permissão para sair pois minha mãe achava perigoso. Lembro de brincar com os vizinhos que estavam do lado de fora, enquanto a gente estava dentro. Aqui, lembro de uma sensação de deslocamento, afinal me sentia parte daquele grupo de crianças que tinham permissão para brincar na rua, pois compartilhamos momentos juntos, como brincar de vôlei, onde a rede era o portão da minha casa, mas ao mesmo tempo pareciam muito diferentes de mim, pois tenho esta vaga recordação de que aquelas crianças não eram exemplo a ser seguido, eram vistas como mal criadas, “moleques de rua”, e eu nunca encontrei nenhum deles na igreja.

Aos finais de semana frequentava a igreja Congregação Cristã no Brasil, apesar de ser batizada na Igreja Católica. Tinha que vestir saia comprida e sabia muitos hinos de cor. Lembro que todas as mulheres usavam saia no comprimento da altura do joelho para baixo e blusas de manga curta ou comprida, não podia usar regata e nem calça e usavam um véu

branco na cabeça durante o culto e os homens usavam terno e gravata; a igreja era dividida ao meio onde os homens ficavam do lado direito e as mulheres do lado esquerdo; as funções administrativas eram divididas também: as mulheres eram zeladoras do banheiro feminino, porteiras, tocava órgão e cuidavam das crianças nos cultos voltados aos jovens e os homens eram zeladores do banheiro masculino, tocavam instrumentos de sopro e de corda e eram pastores. Lembro das limitações que a igreja impunha para as famílias: não se podia ver televisão ou ouvir “música do mundo”, as mulheres deveriam se manter vestidas de forma decente no dia-a-dia (mantendo o código de vestimenta que era usado dentro da igreja), também não podia pintar as unhas, usar maquiagem ou cortar o cabelo. Para tanto, minha mãe não seguia todas estas regras e em seu pensamento muito sensato, diga-se de passagem, dizia que Deus não via modo de vestir e sim o que tinha dentro de cada um. Fora da igreja eu podia usar calça e a partir da pré-adolescência pintava a unha e usava maquiagem leve. As “irmãs” da igreja costumavam lançar olhares julgadores quando encontravam eu e minha mãe na rua ao nos ver de calça comprida.

Carreguei esta herança evangélica, repassada para mim de forma equilibrada, em todos os ambientes sociais que participei, como escolas e reuniões familiares. A minha avó e algumas tias eram católicas e outras eram evangélicas. Na escola, havia muitas meninas evangélicas que, de boa vontade ou não, deveriam usar as vestimentas corretas a todo momento, sendo eu, a exceção à regra. E como é de se esperar a sociedade espera que as “meninas de família” e as “irmãzinhas da igreja” se comportem bem e que as que vivem na rua, se comportem mal.

Paralelamente à grande parte da população que se identifica com a cultura religiosa, temos também a oposição a ela, que se dá por diversas frentes. Levando em consideração que o cristianismo é dominante em nossa sociedade, temos as religiões de matrizes africanas, que sofrem grandes represálias: apenas o fato de resistirem para praticarem suas fés e culturas já é, por si só, uma resistência que se opõe ao sistema regente. De acordo com reportagem emitida pela BBC Brasil em janeiro de 2016, baseada em pesquisas realizadas pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa no Rio de Janeiro (CCIR), de 1014 casos de ofensas, abusos e atos violentos, 70% foram contra praticantes de religiões de matrizes africanas. Entre os motivos apontados por especialistas estão o racismo, que remonta à escravidão, e a ação de

movimentos neopentecostais, que buscam demonizar umbandistas e candomblecistas.⁴

No que diz respeito às influências da religião evangélica dentro do núcleo familiar, com o objetivo de evangelizar seus filhos, muitos pais enfrentam dificuldades, em especial na adolescência. Se a noção de certo e errado ditado pela interpretação da Bíblia molda a visão de mundo e fortalece preconceitos enraizados, ao limitar as opções dos jovens de refletirem sobre seus próprios ideais e valores por conta própria, pode gerar muitos conflitos acerca de suas identidades e seus costumes. Nisto, a oposição à cultura dominante se dá através de enfrentamentos às normas impostas pela família por meio de comportamentos que demonstram o desejo de autonomia sobre como relacionar-se com o ambiente à sua volta. Os ambientes sociais que pertencemos nem sempre são os mesmos espaços que temos desejo de ocupar, e muitas vezes aquilo que deveria nos afastar, segundo o conceito de certo e errado cristão, acaba nos atraindo.

Estudei um ano na escola “José Abílio de Paula - (JAP)”, onde presenciei uma situação em particular, que exemplifica este fato.

Lembro que durante o intervalo, ligavam as caixas de som do pátio para tocar músicas que os estudantes gostassem e os gêneros musicais mais presentes, de acordo com a minha memória, eram funk e hip hop. Neste momento, os estudantes formavam uma grande roda e se iniciava uma batalha de dança. Um menino da minha sala, na época estava na 5ª série, era conhecido por se meter em problemas com professores e alunos, mas dançava breaking muito bem e dominava a roda e lembro de ficar impressionada ao assistir. Tinha umas meninas que entravam na roda para dançar funk e eram incríveis. Eu assistia encantada de longe e tinha muita vontade de aprender a dançar daquele jeito, para tanto, eu ouvia constantemente que aquelas músicas eram “de bandido” e que as danças eram vulgares. Eu tinha este pacto comigo mesma que eu não deveria pertencer a esta situação e sim estranhá-la, como algo que não deveria ser considerado normal, então a minha manifestação de admiração era através de um remexer tímido dos pés ou mãos enquanto assistia às apresentações. Muitas meninas evangélicas, quando tocava funk, subiam suas saias até a metade do comprimento original e levantavam suas blusas deixando a barriga aparente e dançavam. Outras, emprestavam roupas de suas amigas que não eram da igreja e se trocavam ao chegar na escola e colocavam a “roupa decente” de volta, antes de irem embora para casa.

⁴ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religioes_africanas_jp_rm. Acesso em: 18/11/2023.

Foi neste ambiente que eu cresci.

Minha cidade, desde sua origem, alimentou uma cultura religiosa, começando pela católica e atualmente, também, pela evangélica. Este traço cultural está presente em muitas famílias, como a minha. Batizada na igreja católica e frequentadora da igreja evangélica durante parte da infância e início da adolescência, minhas noções de certo e errado começaram a se formar neste período. Isso mostra que, ao longo da vida, recebemos constantemente orientações incisivas sobre quais espaços devemos pertencer e quais devemos rejeitar.

Percebo que o que me liga a São Pedro são aspectos comuns a muitos outros pequenos municípios: crescer com a vizinhança por perto trazia uma sensação de acolhimento, sendo muitas vezes uma rede apoio. Mas, também trazia o medo do julgamento, onde você se sente sufocado pela falta de privacidade. Existe também um apelo moral, intensificado pela cultura religiosa, mesmo que a ação de muitos seja contrárias a esses ideais: pessoas traem seus cônjuges; pais abandonam ou negligenciam seus filhos; maridos batem nas mulheres; pessoas são excluídas do convívio social quando têm alguma atitude considerada imoral e ficam "mal faladas" na cidade toda... Estes assuntos são temas de conversa casual na fila da padaria. O conforto do sentimento de se sentir acolhida e a revolta pela hipocrisia à sua volta andam lado a lado.

Por outro lado, um ponto que me aproxima e me faz voltar para minha cidade é a natureza, o ar puro e a sensação de segurança. As minhas melhores lembranças têm algum ambiente verde como cenário, como o quintal da minha casa, o parque Maria Angélica, e uma chácara onde minha mãe trabalhou. Ter espaço para correr, subir em árvore, comer manga e acerola direto do pé e, depois de adulta, ler um livro sentada na grama ou fazer caminhada, são verdadeiros tesouros. Além disso, as relações de amizade com amigos e familiares, também são uma motivação para retornar à cidade. Nosso sentimento de pertencimento ou estranhamento em relação ao nosso território de origem é relacionado a todos os aspectos culturais que reproduzimos, incluindo aqueles que escolhemos rejeitar.

2.2 O teatro: primeiros passos para uma tomada de consciência social e política

Posso descrever o Teatro como uma experiência de liberdade. O relato a seguir retrata um momento muito particular que, se não revela, ao menos dá algumas pistas do impacto que o fazer teatral pode ter na vida de alguém.

Hoje, percebo que esta vivência foi fator de grande influência no meu desenvolvimento pessoal, em especial por ter sido uma vivência da minha adolescência, fase que envolve mudanças físicas e hormonais e crises de identidade, culminando em uma grande necessidade de ser aceita socialmente e de se entender como ser social.

A quebra da timidez e o despertar de um desejo

Esta é daquelas memórias que repassam várias e várias vezes em minha mente. Sempre tive a sensação de ser algo que se definia como uma epifania, é como se uma ideia se abrisse dentro de mim e se tornasse fixa para sempre.

Era o ano de 2008 e tinha que apresentar um trabalho para a disciplina de Artes, que até então, de acordo com a minha experiência escolar, as atividades se resumiam ao desenho livre e reproduzir quadros famosos como o “Abaporu” de Tarsila do Amaral e o “O Beijo” de Gustav Klimt. Até que no 8º ano, algo inédito aconteceu: a professora solicitou que fosse apresentada uma cena de teatro. A cena em questão era do texto “O Rei da Vela” de Oswald de Andrade.

Sabe a expressão “eu lembro como se fosse ontem”? O cenário é uma sala de aula típica, com carteiras brancas, uma mesa grande e comprida para a professora e uma lousa verde. Como de costume, a mesa da professora ficava posicionada num canto da sala, próxima a porta, de costas para a lousa e de frente para a classe, mas não naquele dia: a mesa da professora foi colocada na frente da lousa e em cima foram organizadas algumas pastas e materiais de escritório como pote com canetas e algumas folhas sulfite. Na lousa foi escrito em caixa alta o nome do escritório e foi desenhado um quadrado branco escrito “certificado” ou “alvará” com giz de lousa branco, escreveram nele umas linhas tortas e borradas imitando a escrita de um texto e logo abaixo uma linha reta que seria o lugar de assinatura do dono daquele escritório, Abelardo I, o personagem que eu fazia. Aquele foi um dia incomum para a sala, o ato de mover os móveis do espaço e improvisar aquela cenografia deixou os estudantes bem animados e tudo foi organizado em meio a conversas e o barulho do arrastar dos móveis. Depois de tudo organizado, uma colega pediu que eu assinasse o documento “pendurado” na lousa/parede-do-escritório-de-Abelardo I e então, eu peguei um giz de lousa e rabisquei/ assinei “Abelardo” de forma completamente ininteligível, mas diga-se de passagem, muito elegante, pois ao realizar esta ação, os colegas a minha volta fizeram um “uau”.

Quando a apresentação estava prestes a começar, todos estavam atentos e prestando atenção e isto não era algo comum para aquela sala de aula, constantemente a desordem se fazia presente e tenho várias lembranças da impaciência dos professores sendo verbalizada aos gritos. Mas, não naquele dia, onde estava eu, uma menina quieta que gostava de ler e não tinha amizade com ninguém da sala e, por isso, não era convidada para festas e rolês, pois era sabido que não teria permissão dos meus pais para isso. No entanto, era boa aluna e não tinha problema em passar as respostas da lição de casa para quem quisesse copiar. A cena de teatro era uma situação de exposição e por algum motivo, apesar da timidez, eu aceitei o desafio, talvez por conta do medo de não tirar uma nota boa, a real motivação do porque me coloquei nessa situação é algo que até hoje me intriga.

A memória de uma sensação permanece de maneira mais concreta no nosso imaginário do que uma sequência de falas e gestos em uma ordem cronológica dos fatos. A cena era uma briga entre dois personagens. Meu coração estava acelerado, o tom de voz que eu usava era muito mais alto do que eu estava acostumada e o corpo estava quente e vivo; a sala estava em completo silêncio. O ápice da discussão aconteceu. Eu estava aos gritos com meu colega, a expressão era de raiva, mas o sentimento era de euforia e o momento foi incrivelmente divertido; a sala reagiu à situação rindo. No momento mais marcante eu bati com força na mesa. A sensação de esmurrar a mesa da professora durante a encenação foi maravilhosa e esta fração de segundo me deu vontade de chorar de alegria, o primeiro reflexo foi olhar para a reação da professora que estava sentada próxima a porta, para verificar, talvez, se eu não tinha passado dos limites e, ela estava rindo e a sala estava em êxtase.

Guardei como um segredo a vontade de fazer teatro que nasceu na 8ª série em um dia atípico da aula de Artes. Este segredo de vez em quando escapava pela boca, em palavras sussurradas e vergonhosas que oscilavam no volume de voz conforme a confiança de expressar uma frase ou outra surgiam como um fagulha dentro de mim e morriam ao ouvir algum som externo. O cenário era a lavanderia de casa após as 18:00, vazia, luz fraca e um pouco fria. Devia ser desconfortável ficar sentada naquele chão com o texto “Romeu e Julieta” de Shakespeare, que havia sido emprestado da biblioteca da escola, mas era a forma que eu encontrei de ter privacidade e poder dar vazão àquela vontade de me expressar através do teatro que persistia em ficar por meio de uma leitura dramática às escondidas. Um ano depois, o desejo virou realidade.

Apresento o Teatro como uma ferramenta que pode transformar vidas, ao ponto de influenciar na construção das individualidades. Neste caso, é também uma poderosa ferramenta pedagógica. Estamos ligados a uma estrutura social determinada por relações de poder, onde são definidos quem tem o poder de fala e quem tem a obrigação da escuta e o ambiente escolar é um retrato disso. Podemos observar características do espaço físico da sala de aula, como as carteiras enfileiradas de frente para a lousa e a mesa do(a) professor(a), que sustentam uma relação verticalizada entre professor(a) e alunos(as), em que o(a) primeiro(a) observa, analisa e corrige; também, os muros altos, que não deixam ver o interior da escola, e um funcionário que fiscaliza a entrada e saída de pessoas. A disciplina é tida como pré-requisito para ir bem na escola, e o perfil de estudante que tira boas notas e não questiona a autoridade do(a) professor(a) é sempre muito bem recebido.⁵

Comumente, ouvimos a frase de que educação vem de casa, no que concerne aos modos comportamentais do estudante, levando a reflexão que pouco se aborda as características subjetivas de cada estudante, que são relacionadas ao ambiente social em que vivem (familiar e comunitário). Sentimentos presenciados no comportamento de adolescentes ou crianças - como timidez, agressividade ou desinteresse -, por muitos anos não foram analisados e tratados por um viés pedagógico. Faltou a perspectiva de que a realidade de uma sala de aula é composta não só pelo conteúdo a ser dado e a avaliação do rendimento escolar, mas também pelas diversas situações-problema que se pode presenciar neste espaço, e que pensar estratégias de como lidar com estas adversidades faz parte do exercício da docência. Com isso, vemos que muitas vezes a disciplina dentro do espaço escolar é compreendida como algo que deve vir de casa, sendo que a própria sala de aula é organizada de maneira que se estabeleça uma relação de poder específica, que favorece o saber e a visão do(a) professor(a), em detrimento do que advém do(a) aluno(a).

Na minha experiência particular, fazer Teatro em sala de aula rompeu com as estruturas pré-estabelecidas, a começar por transformar o próprio espaço. A organização da cenografia para a cena do *Rei da Vela* foi feita em meio a bagunça do arrastar de móveis e do falatório dos estudantes, dando espaço para um caos criativo necessário para a realização da encenação. A apropriação da mesa da professora e a passividade da mesma, se colocando na posição de observadora da situação (ao invés de autoridade responsável pela tomada de decisões) altera a

⁵Este pensamento pode ser sustentado pela ideia denominada de poder disciplinar, de Michel Foucault, que relaciona as políticas de disciplinamento sobre os e as estudantes ao modelo arquitetônico panóptico, criado pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, no qual espaços físicos são construídos para manter pessoas sob inspeção, sendo utilizado em prisões, indústrias, hospitais e escolas. Para maiores informações, consultar: Santos et al (2020) e Batista et al (2015).

relação de poder, dando autonomia e liberdade de expressão para os(as) estudantes envolvidos(as). Atualmente, podemos ver inúmeros estudos que comprovam o potencial pedagógico do ensino de Teatro nas escolas. Tomando como exemplo a prática de jogos teatrais em sala de aula, Viola Spolin diz:

As oficinas de jogos teatrais são úteis ao desenvolver a habilidade dos alunos em comunicar-se por meio do discurso e da escrita, e de formas não verbais. São fontes de energia que ajudam os alunos a aprimorar habilidade de concentração, resolução de problemas e interação em grupo. (SPOLIN, 2007, p. 29)

Para além dos inúmeros benefícios como o desenvolvimento da oratória, do gosto pela leitura, da capacidade de socialização e da quebra da timidez, entre outros benefícios, o ensino do Teatro tem a capacidade de provocar reverberações filosóficas, por conta da capacidade de fazer refletir sobre a realidade e enxergar possibilidades de instaurar mudanças. Este ponto ficou muito nítido para mim quando iniciei, de fato, meus estudos práticos e teóricos em Teatro.

Aulas de Teatro: fragmentos de uma jornada artística

O Núcleo de Teatro de São Pedro (NUTESP) foi um grupo de teatro aberto que recebeu apoio da Prefeitura de São Pedro. O projeto recebia pessoas de todas as idades, que frequentavam as aulas com maior ou menor frequência. Devido à ligação com o órgão público, o período que recebia mais participantes, chegando a cerca de 50 pessoas, eram os que precediam as comemorações de Corpus Christi. Em um combinado com a prefeitura, o grupo era responsável por montar uma apresentação teatral sobre a paixão de Cristo e em troca usava o espaço do Museu Gustavo Teixeira para as aulas de prática teatral durante o ano todo.

Entrei neste coletivo por intervenção da minha mãe, que viu nele a oportunidade de diminuir a minha timidez. Nas minhas primeiras aulas, tenho a recordação de estar conhecendo um ambiente completamente novo, onde fui sendo introduzida a novas visões de mundo.

Tudo começa em uma roda formada por todas aquelas pessoas. Nesta forma de ocupar o espaço, todos podem se ver e se ouvir e isto era reforçado em vários momentos. A espacialidade em si exigia uma atenção:

- *Todos andando pelo espaço! Não olhe pro chão! Não deixe “buracos” no espaço! Quando passar por alguém olhe nos olhos! Agora parem e olhem à sua volta e observem se o espaço está sem “buracos”, se está bem ocupado! Continue andando. Quando eu disser 1 todos correm ao centro, quando falar 2 todos correm para as laterais!*

Teve um momento, por alguma motivação que não consigo lembrar, que ao comando do professor todos presentes correram para me abraçar (cerca de 30 pessoas, de acordo com a minha memória). Aquele foi o primeiro momento que entendi que fazia parte de um coletivo.

Nutesp permaneceu como um grupo aberto por um bom tempo, até que parte dos integrantes, incluindo eu, se mostraram interessados(as) em aprofundar a pesquisa em teatro, de forma que o estudo fosse além das práticas teatrais. Tendo como único pré-requisito ser maior de 14 anos, todas as segundas após a aula de práticas teatrais, se iniciava um grupo de estudos.

Desta época tenho um caderno de estudo que guardo até hoje. Nele posso encontrar páginas impressas coladas de textos de Jerzy Grotowski, Antonin Artaud, Bertolt Brecht, entre outros, que eram referências passadas pelo professor. Nos encontros, sentávamos em roda e discutíamos livremente sobre algum texto destes autores.

Foram nestes encontros que passei a ter contato com temáticas importantes de relevância social. Ao folhear o meu primeiro caderno de estudos teatrais, é possível ver textos impressos colados como “Função do ator - O ator santo” de Grotowski e “O Homem-Árvore” de Artaud, com parágrafos destacados em marca texto, perguntas e notas escritas à caneta, pesquisa sobre a vida e obra dos autores copiadas de páginas da internet e escritas à mão do lado dos textos; uma pesquisa sobre as lavadeiras do rio do Vale do Jequitinhonha, com letras de cantos de trabalho e vocábulo com expressões próprias; rascunhos de cenas criadas escritas à lápis, a análise ativa de uma onde identificava o objetivo, núcleo da cena e o superobjetivo da mesma. Nas conversas em grupo, éramos estimulados a relacionar os textos com assuntos atuais. Lembro de uma cena que criticava a parcialidade das mídias televisivas com algum texto de Brecht, outra que falava sobre a Ditadura Civil Militar Empresarial no Brasil e surgiam outras proposições cênicas abordando opressões diversas.

Avaliando minha trajetória artística, pude perceber que várias das referências que tive contato ajudaram a desenvolver alguns dos valores éticos que carrego até hoje. Posso falar, sem sombra de dúvidas, que nas aulas de teatro desenvolvi uma consciência de classe e um

olhar mais plural para vivências diversificadas das minhas. Pensando ainda no Teatro como ferramenta pedagógica, vale a pena olhar um trecho do artigo *Abordagens metodológicas do Teatro no Educação*, de Ingrid Dormien Koudela e Arão Paranaguá de Santana, sobre o que chamam de Pedagogia do Teatro:

A Pedagogia do Teatro tem como referência teorias contemporâneas de estudos críticos-culturais como o desconstrutivismo, o feminismo e o pós-modernismo. Nesse tipo de teatro, educadores e alunos empregam convenções que desafiam, resistem e desmantelam sistemas de privilégio criados pelos discursos dominantes e práticas discursivas da moderna cultura do ocidente. Dessa forma, a prática da ação dramática cria espaços e possibilidades para dar forma à consciência pós-moderna e pós-colonial, sensíveis à pluralidade, diversidade, inclusão e justiça social. (KOUDELA; SANTANA, 2005, p. 153)

Podemos ver que o Teatro pode ser também um instrumento de transformação social, a depender da forma como for abordado. Temos como exemplo o Teatro Didático de Bertolt Brecht (1898-1956), utilizado para levar o público a compreender sobre problemas sociais e a luta de classes. Para isto, apresentava-se cenários divergentes para o mesmo problema e suas possíveis consequências, convidando o público a refletir sobre esses diversos lados. Nessa seara, Augusto Boal (1931-2009) sistematizou o Teatro do Oprimido, onde propunha que o público não fosse passivo, mas tivesse participação direta na ação teatral, como um ensaio para a revolução. São a partir destas e outras referências que ampliei meus conhecimentos em teatro e, por consequência, expandi minha visão de mundo.

2.3 O ser mulher em evidência: a construção como pessoa feminista

A seguir, traço uma linha de pensamento onde me guio por pontos que me influenciaram sobre quando eu me tornei mulher, como gênero e papel social. Temos o nosso primeiro contato com a experiência de gênero social na infância, quando nossos comportamentos e pensamentos passam a ser moldados de acordo com o gênero que nos é atribuído ao nascer e reforçado nos ambientes familiar e escolar.

Não raro, o primeiro interesse sobre questões feministas surge como consequência de violências de gênero vividas ou presenciadas para, então, aflorar a necessidade de se "empoderar", com a aproximação às pautas dos movimentos de luta.

2.3.1 Confrontando questões de gênero através do relato autobiográfico

Posso descrever a experiência de crescer no meu ambiente familiar como uma sequência de cenas que se amarram num enredo, para o qual busco, constantemente, novas interpretações. Para isto, entendo a pesquisa como uma lente cujo foco ora se distancia e ora se aproxima de uma perspectiva ou outra. A necessidade de me aproximar do núcleo familiar em que fui criada e dar este relato é uma sensação que eu descreveria como "agridoce". Cresci numa família tradicional, tanto pela sua constituição como pelo seu caráter disfuncional: pai e mãe que trabalham fora o dia inteiro, sendo que a mãe é responsável pela criação dos filhos e pela manutenção da casa, e que em determinado momento, após anos de conflito no casamento se divorciam, no meu caso, no início da minha puberdade.

A vida matrimonial dos pais, observada através da ótica de uma criança criada menina, é uma das minhas primeiras percepções sobre a experiência como gênero social feminino. Já a escola, tido como o ambiente que seria responsável para me preparar para a vida em sociedade, é o próximo ambiente onde experienciei meu gênero.

Em “Casa da família”, trago um relato fragmentado da minha infância, onde busco trazer à tona lapsos de memória que se traduzem em imagens reveladoras do cotidiano de uma família tradicional, formada por um casal hétero-normativo e filhos(as).

Em “Vida escolar”, trago duas memórias sobre como o gênero é percebido dentro do ambiente escolar e acompanha todo o processo de crescimento de alguém.

Casa da família

Na cozinha, a mãe cozinhava no fogão. No quintal, a menina jogava algumas pedrinhas e um pouco de terra em umas panelinhas de plástico e o irmão brincava de carrinho.

No quarto, a mãe cuidava do irmão mais novo. No outro quarto, a menina enfiava uma boneca embaixo da blusa.

As bonecas preferidas tinham belos vestidos, usavam maquiagem e tinham o cabelo arrumado. O seu brinquedo mais caro era uma barbie loira de cabelo liso, fácil de pentear e que era protagonista nas suas historinhas. A menina nunca conseguia ficar arrumada, as roupas viviam sujas, pois gostava de brincar no chão e o cabelo cacheado vivia despenteado, pois gostava de correr e subir em cima das coisas e, por isso, a mãe só colocava brincos em ocasiões especiais, como aniversários e casamentos, pois ela sempre os perdia. Daí, se ao

correr e quebrar ou derrubar algo sem querer, era chamada de moleca, no entanto, se conseguia ficar sentada e mantinha o vestido limpo, era elogiada e chamada de mocinha. Era uma menina-moleque que gostava de bagunçar, brincar na terra e na lama, mas também gostava de se sentir bonita. Enfim, um dia acabou virando mocinha.

. . .

O pai trabalhava fora e a mãe, também. As crianças voltam da escola, jantam, tomam banho e vão para o quarto dormir; o pai ainda não chegou. O quarto das crianças está escuro, mas as luzes da cozinha se acendem no meio da noite. Os pais estão acordados e, agora, as crianças também. Os primeiros estão tendo mais uma daquelas conversas de gente grande e as outras estão deitadas na cama, sabendo que não podiam levantar e era melhor fazer de conta que estavam dormindo. Nestes momentos, a típica curiosidade infantil nunca esteve presente e as palavras duras proferidas entre papai e mamãe, hoje ressoam em suas memórias na forma de ruídos abafados pelas paredes e pela porta fechada do quarto de infância.

. . .

- Mãeeeeee!

As crianças se machucavam e chamavam pela mãe. As crianças estavam com fome e chamavam pela mãe. A escola pedia cartolina para o dia seguinte, mas tudo bem, a mãe daria um jeito. As crianças adoeciam, a mãe cuidava. O pai adoeceu, a mãe cuidava. A mãe adoeceu e ela se cuidou da melhor forma possível. As crianças precisam relaxar, de vez em quando a mãe levava no Parque Maria Angélica, onde tinha parquinho, uma represa com peixes e patos, uma gruta com uma santa e ampla área verde. O pai precisava relaxar, depois do serviço ia para o bar com alguns amigos, quase todas as noites. A mãe precisava relaxar e para encontrar um momento de paz ia para a igreja, superando os dias difíceis com os joelhos no chão em oração.

Teve um dia que a mãe deixou as crianças aos cuidados da irmã mais nova dela. Foi um dia muito legal! A tia deixou as crianças andarem de patins em volta do quarteirão de casa. Naquele dia, a mãe estava diferente, saiu de casa toda arrumada, com uma saia muito bonita, estava até de batom e cabelos arrumados. É bom lembrar da mãe desta forma. Estava

tão bonita naquele dia... Mas para onde ela ia? Disse que tinha uma consulta marcada em Piracicaba com um médico que ia curar a sua cabeça.

A questão da sobrecarga das mulheres que são mães e esposas é um tema que merece destaque dentro dos movimentos feministas. No que chamamos de patriarcado, que é o sistema político de opressão que atua nas mais diversas áreas, como na família, nas relações sexuais, na política, na medicina, na ciência, no ambiente acadêmico e no de trabalho, entendemos que milhões de mulheres vivem os mesmos tipos de maus tratos. Por conta disso, tal violência não deve ser analisada de uma perspectiva individual, mas sim coletiva (GARCIA, 2015, pág. 16-17).

São atribuídos papéis sociais relacionados ao gênero sobre mulheres e homens e, no caso das mulheres, são as funções de cuidadora da casa e criação dos filhos que lhes cabe, enquanto os homens são os provedores da casa. Mesmo que a inserção de cada vez mais mulheres no ambiente de trabalho tenha lhes proporcionado um leque maior de oportunidades para serem independentes, a falta de participação dos homens nas atividades domésticas tem contribuído com um quadro cada vez mais eminente de adoecimento de muitas mães e esposas, empurradas a conciliar os cuidados da casa com a vida profissional. Como pontua bell hooks:

Uma vez que nossa sociedade continua sendo primordialmente “cristã”, uma grande massa de pessoas continuam acreditando que deus ordenou que mulheres fossem submissas aos homens no ambiente doméstico. Ainda que multidões de mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, ainda que várias mulheres sejam chefes e arrimo de família, a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não. (HOOKS, 2023, p. 18)

Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Epidemiologia*, um estudo envolvendo 2057 mulheres acima de quinze anos, aponta que aquelas que têm maior sobrecarga doméstica estão mais propensas a desenvolver transtornos mentais comuns (TMC)⁶, que são caracterizados com sintomas como fadiga, esquecimento, insônia, irritabilidade, dificuldade de concentração, dores de cabeça e queixas psicossomáticas (PINHO; ARAÚJO, 2012, p. 561). Nesta realidade, observamos que em muitas famílias, as mulheres são vistas como únicas responsáveis pelas tarefas domésticas. Torna-se válido ressaltar o recorte de classe e raça, uma vez que as mulheres sobrecarregadas são de classe baixa e média e em sua maioria pretas, como comprova a pesquisa:

⁶ Para mais informações sobre o assunto, consultar: Goldberg (1992).

A sobrecarga doméstica alta foi expressivamente maior entre as mulheres que estavam na faixa etária de 21-30 anos e 31-40 anos de idade (43,4% e 41,4%, respectivamente), com nível de escolaridade fundamental (41,2%), entre as casadas ou em união estável (41,6%) e entre aquelas de cor preta (39,5%). Entre as mulheres com filhos, 39,8% apresentaram sobrecarga doméstica alta contra 22,4% para aquelas que não tinham filhos. Esse percentual aumentava com a elevação do número de filhos: 35,0% para mulheres com até dois filhos e 45,8% com três ou quatro filhos. A sobrecarga doméstica aumentou com a precarização das condições de moradia: entre as mulheres que referiram ter boa condição de moradia, 56,0% apresentaram baixa sobrecarga doméstica e entre as que tinham precárias condições, 17,1% apresentaram baixa sobrecarga doméstica contra 51,5% das mulheres com alta sobrecarga de trabalho. Entre as mulheres residentes em domicílios com infraestrutura média/ precária, 43,8% referiram ter alta sobrecarga doméstica contra 32,9% entre aquelas com boa infraestrutura. (PINHO; ARAÚJO, 2012, p. 564)

Dessa forma, podemos apontar o quanto as mulheres, não perdendo de vista o recorte de classe e raça, são limitadas em oportunidades de desenvolvimento profissional ou pessoal. Não é incomum que mães de crianças pequenas sofram discriminação no mercado de trabalho, ao procurar emprego, sendo questionadas sobre quem ficará com as crianças em caso de emergências como consultas médicas, por exemplo. Mesmo para matricular os filhos nas creches públicas, é preciso comprovar que se está empregado. Caso esta mãe precise de um emprego para complementar a renda em casa (que é a maioria dos casos de famílias pobres) e não tenha com quem deixar as crianças para procurar emprego, acaba em uma situação muito difícil de resolver. Já quando se trata da figura masculina, a paternidade geralmente não é um fator determinante na procura de um emprego, já que não se questiona com quem ele deixará os filhos para trabalhar.

Para além das mães que conciliam vida profissional e doméstica, temos aquelas que se dedicam apenas aos cuidados da casa e dos filhos, por opção ou não, e neste caso, a falta de reconhecimento dos esforços por parte do companheiro e da sociedade no geral gera frustração. Portanto, a independência financeira é um fator extremamente importante para que mulheres alcancem autonomia e tenham mais liberdade de escolha. Porém, a relação das mesmas com o mercado de trabalho deve ser analisada com as lentes da classe e da raça, para que se entenda quais são os empecilhos que muitas encontram para que o emprego seja também uma realização pessoal, e não a expressão da necessidade de sobrevivência.

Vida escolar

Grande área cimentada de frente para o refeitório que era sustentado por pilares e uma cobertura. Crianças do Ensino Fundamental 1 correndo livremente, jogando bola, pulando amarelinha, buscando fazer valer cada segundo dos vinte minutos de recreio. A escola era separada da rua por uma grade de ferro vazada e de vez em quando, familiares passavam por lá para conferir seus filhos. Um dia, uma senhora, avó de um coleguinha, ao passar em frente a escola, me viu e perguntou para o seu neto qual era o nome de seu amiguinho, no masculino mesmo. Quando ele disse que era uma menina, a senhora ficou surpresa e disse que eu deveria usar um brinquinho para que as pessoas não ficassem confusas. Nunca tinha passado pela minha cabeça que eu deveria fazer qualquer esforço para parecer menina, pois eu nunca tive dúvidas sobre isso.

Em outra situação, estava cursando a 4ª série do ensino fundamental e tinha uma colega de sala que ia à escola usando a mesma blusa de moletom preta grossa com uma touca, independente se fazia calor ou frio. Lembro dela puxando a gola para afastar do pescoço nos dias mais quentes, mostrando um incômodo com o calor, mas ela nunca tirava a blusa. Um dia, a professora chegou na sala com uma bolsa pequena, além da que ela costumava carregar. A bolsa foi colocada em cima da carteira e ela começou a tirar brincos, colares e adereços de cabelo e oferecer a menina do moletom:

- *Porque não experimenta este brinco? Vai ficar muito bem em você. Olha como esta tiara é bonita! Vai te deixar muito mais feminina. Por que não coloca para a gente ver?*

A menina recusou todos, de forma determinada e segura:

- *Não, professora. Obrigada. Não gosto de usar brinco nem colar. Acho que não combina comigo.*

De longe, eu observava a cena, olhando atentamente, esperando que a professora oferecesse para mim também, pois eu aceitaria sem pensar duas vezes. Anos mais tarde, encontrei esta antiga colega de escola, usando as mesmas roupas largas de sempre.

Ao se falar de gênero, é importante entender o mesmo como uma construção social. É atribuído a um corpo um compilado de significados culturais, logo, o ser mulher/menina ou homem/menino, implica em atender a certas demandas como a forma de falar e se expressar apropriadas, onde meninas devem ser mais delicadas e os meninos não podem chorar; padrão

de vestimenta, onde se espera que meninas usem roupas femininas e bem comportadas e que meninos usem roupas masculinas; modos de se comportar, as meninas não podem se sentar de pernas abertas e meninos não podem ter trejeitos delicados demais; como devem brincar, meninas de boneca e meninos de futebol e assim por diante. Todos estes são traços culturais comuns que acabam influenciando a construção da nossa identidade, afetando não apenas como somos vistos externamente pela sociedade, mas também a nossa subjetividade.

Desde a infância, passamos a ter contato com exemplos e orientações de como devemos nos comportar e é possível observar desde a mais tenra idade a performance de gênero. Podendo afirmar que:

No que tange às identidades de gênero, podemos caracterizá-las como performativas, pois entendemos que já nascemos em um contexto sociocultural com discursos generificados e generificantes, os quais produzem sujeitos que se identificam como feminino e o masculino. (NATALIE BARRA GODOY; et al, 2021, p. 6)

Para tanto, as crianças que fogem a este padrão experienciam uma pressão para se ajustar às normas impostas e a dificuldade em fazê-lo gera uma tensão em seu núcleo familiar e escolar, que muitas vezes buscam conduzir a criança de volta aos padrões estabelecidos. Sendo assim, “(...) o corpo é representado como um mero *instrumento* ou *meio* com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado.” (BUTLER, 2022, p. 30). Nisto, podemos entender que a expressão de gênero não se dá apenas pelas influências externas, mas também é relacionada à individualidade complexa própria de um ser humano, que desde cedo passa a apresentar suas próprias opiniões, desejos e diferentes maneiras de dialogar com o ambiente à sua volta. Cabe mencionar o equívoco da ideia de que uma criança deve ir à escola para se tornar “alguém na vida”, pois ela já é alguém. Por isso, é importante destacar que a ação demonstrada em meu relato pessoal, onde a professora busca moldar a criança para encaixá-la em um padrão, pode ser considerada uma violência: a criança tem sua liberdade de expressão bloqueada, passando a sentir-se estranha e deslocada em relação aos colegas; o que afeta sua autoestima e entendimento de si, influenciando em seu desenvolvimento como ser social.

Assim, a maneira de relacionar com as referências de padrões de comportamento, guiados pela lógica hétero-normativa - onde “meninas usam rosa e meninos usam azul” -, não se dá apenas pela co-identificação e reprodução destas normas, mas também pela subversão das mesmas, advindas das diversas individualidades e subjetividades humanas, impossíveis de serem categorizadas no padrão binário.

2.3.2 Um olhar sobre a violência de gênero

A violência de gênero é comprovada através de estatísticas e estudos teóricos sobre feminismo. De acordo com o Atlas da Violência⁷, nos dados mais recentes realizados em 2019. No que se trata a violência física: 817 mulheres⁸ e 683 homens⁹ foram vítimas (período de um ano no Estado de São Paulo); violência psicológica, 3058 homens¹⁰ e 3794 mulheres¹¹ (período de um ano no Estado de São Paulo); violência sexual, 99 homens¹² e 402 mulheres¹³ (período de um ano na região Sudeste). No entanto, abordo este tema a partir da ótica da violência patriarcal, e para isso apresento uma situação recorrente entre mulheres da minha família: a reunião no quarto da minha avó, após o almoço de Natal.¹⁴

Cena: Entre calcinhas e fofocas

Personagens (por ordem de aparição):

Narradora

Marilene

Eulália

Beatriz

Eloísa

Emília

Antônia

NARRADORA - Mais um dia de Natal e todos na casa da Dona Regina, minha avó materna. Tias, mães e sobrinhas reunidas após um farto almoço no quarto da matriarca. Através da conversa casual se revelam as crises matrimoniais, opções de faculdade dos filhos e

⁷ Para mais dados sobre estatísticas de violência consultar: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/61/violencia-por-genero>. Acesso em 20/11/2023.

⁸ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/270>. Acesso em 20/11/2023.

⁹ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/263>. Acesso em 20/11/2023.

¹⁰ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/331>. Acesso em 20/11/2023.

¹¹ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/333>. Acesso em 20/11/2023.

¹² Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/287>. Acesso em 20/11/2023.

¹³ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/292>. Acesso em 20/11/2023.

¹⁴ O relato autoficcional a seguir compõem frases que escutei nos almoços de Natal e em outras situações cotidianas. Foram utilizados nomes fictícios, para preservar a identidade das pessoas da minha família.

questionamentos sobre a possível existência de namoradinhos, as dificuldades da maternidade e sobre a vida dos familiares que não estavam presentes naquele cômodo. Enquanto isso, uma delas abre uma mala grande e algumas sacolas que contém uma variedade de calcinhas, sutiãs, pijamas e outras roupas que estava vendendo para complementar a renda enquanto outra tira um ou dois catálogos da Avon da bolsa. Em meio a conversas, reclamações e conselhos (solicitados ou não) surgem os diálogos em sequência:

Marilene - Olha, gente! Tenho bastante novidade hoje! Aproveitem as promoções de Natal que já estão acabando. Vendi quase tudo!

Eulália - As peças estão lindas. Bia, aproveita para escolher umas calcinhas novas que você está precisando.

Beatriz - Beleza, mãe. Tia, você trouxe pronta-entrega de maquiagem? Queria um batom novo.

Eloísa - Dê uma olhada nesta bolsa, Bia. Então, vocês têm novidades? Faz tempo que eu não tenho notícias da família.

Emília - Bom, o Bernardo está namorando agora. A menina parece ser de família, sabe? Mas eu fico preocupada.

Marilene - Isto é normal! Já estava na hora do Bê se firmar com alguém. Vivia pegando várias.

Emília - Verdade! Mas eu falo pra ele se cuidar! Porque pode acontecer uma gravidez não planejada. Ele ainda está construindo a vida dele, tem que tomar cuidado para não colocar tudo a perder. Mas e vocês, Bia e Antônio. Como andam os namoradinhos?

Beatriz - Não tem namoradinhos. Estou focada nos estudos.

Antônia - No momento, estou solteira também.

Eulália - Melhor assim! Esperem encontrar um rapaz bom para começar a namorar.

Emília - Mas vocês não tem nem uma paquerinha?

Beatriz - Não, tia. Estou tranquila.

Antônia - Eu também.

Marilene - Ainda bem! Imagina acabar que nem sua prima Ângela? Embuxou com apenas 16 anos. Acabou com a vida dela.

Eulália - E engravidou de um qualquer. Trai e maltrata ela. Marilene, você tem esta camisola em um número maior? Eu gostei da cor.

Marilene - Veja nesta sacola.

Eloísa - Vocês viram o que aconteceu com a Patrícia? O marido dela chegou bêbado de novo. A coitada apanhou feio desta vez.

Emília - E por que ela não termina com ele? Parece que gosta de sofrer... A famosa “mulher de malandro”.

Eloísa - Ela não consegue abandonar ele e está desempregada. De vez em quando faz uns trabalhos de diarista, mas não é o suficiente, daí ele meio que sustenta a casa.

Beatriz - Olha, mãe! Que conjunto mais lindo de calcinha e sutiã.

Antônia - É lindo mesmo! Você viu essas calcinhas fio dental? Tem uma que tem cheiro de morango.

Eulália - Que isso, menina! Esta calcinha não cobre nem metade da sua bunda! (pausa) Nossa! Que horror esta situação da Patrícia, né! Eu nunca deixaria um homem encostar em mim. E, Bia! Veja se tem uma calcinha de moça decente, pela misericórdia de Deus!

Beatriz - Acho que a Patrícia tinha que denunciar logo ele!

Emília - Ah, estas questões são muito complicadas. Ela não tem coragem de largar ele. Acho que ainda o ama.

Eloísa - E também não tem muito estudo, daí não consegue achar um emprego muito bom. Até onde eu sei ela nem sabe ler direito. Acho que nem completou o fundamental.

Emília - Por isso eu falo para os meus filhos a importância dos estudos. A gente não teve muita oportunidade, por isso, teve que engolir muito sapo nesta vida.

Marilene - Nem me fale.

Eloísa - Teve uma vez que o Gerson estava nervoso por conta de um estresse que ele passou no trabalho e quis descontar em mim. Mas pra que? Quando ele foi levantar a mão, eu olhei bem nos olhos dele e disse: “Se você encostar a mão em mim, eu acho bom que seja pra matar! Pois, se eu me levantar, eu juro que tiro sua vida!” Pois bem! Nunca mais veio de gracinha pra cima de mim.

Beatriz - Eita! Que situação, tia! Por isso, eu não penso em me casar tão cedo.

Antônia - Nem me fale, prima. Penso da mesma forma que você. Manter casamento é difícil.

Marilene - Nem me fale! Exige esforço, viu? Tem vez que eu chego super cansada em casa e tenho que fazer as tarefas domésticas e dar atenção especial para o marido.

Antônia - Como assim especial?

Marilene - Bem, como posso explicar... Comparecer na cama. Ele pede todos os dias e quando eu recuso, ele fica estressado por dias e desconta sendo grosso comigo.

Beatriz - Mas você faz sem vontade mesmo?

Eloísa - Quando você tiver um marido vai entender melhor. É preciso fazer alguns sacrifícios para manter o casamento e a paz em casa.

Eulália - Quando eu era casada, eu não cedia não. Se eu não queria, falava que não e pronto!

Emília - Mas, Eulália! Então, foi por isso que ele te trocou por outra! Quando o homem não acha em casa, ele procura fora.

Eulália - Você está falando que eu sou culpada por ter sido traída?

Beatriz - Não é bem por aí, né! Tem casamento que não funciona mesmo. Foi assim com a mãe e o pai. E meu pai está errado nesta história!

Antônia - Tias, eu vou experimentar este vestido no banheiro. Já volto.

Marilene - Cuidado para não tirar a etiqueta. Se não servir em você, não vou conseguir vender para outra pessoa.

Antônia - Pode deixar.

Emília - Está na bíblia que devemos fazer de tudo para manter o sagrado matrimônio. Se a gente não fizer a nossa parte, não podemos reclamar depois que tudo acabar.

Eulália - Olha, Emília! Eu fiz tudo o que podia fazer.

Emília - Será?

Eloísa - Gente, vamos mudar de assunto?

Beatriz - Acho melhor!

Marilene - Olha, Eulália! Tem aquelas calcinhas grandes e nude que você gosta.

Eulália - Que ótimo! Estava precisando de uma nova. Bia, você deveria experimentar, são bem confortáveis para usar quando estiver menstruada. Pois aquelas que você tem não cobre nada.

Antônia - Estão falando do que agora?

Emília - De tamanho de calcinhas.

Antônia - Entendi. Então, acho que vou querer dar mais uma olhada na bolsa de maquiagens.

Fim

É possível observar a naturalidade que as experiências de violência de gênero são recebidas dentro dos núcleos familiares, onde manter um matrimônio, que é sagrado para a cultura cristã, é um propósito soberano que passa por cima dos próprios desejos individuais da mulher e até do seu bem estar. Entende-se aqui, também, que sair de relacionamentos

abusivos ou tóxicos ultrapassa a vontade própria, pois vai de encontro a outros fatores, como a dependência emocional e financeira. Vemos que a violência de gênero faz parte da estrutura da sociedade patriarcal, que tem ditado a norma-padrão vigente. Portanto, é seguro dizer que, homens ou mulheres, crescemos com pensamentos e comportamentos sexistas, uma vez que estamos enraizados na cultura. Apenas através do estudo e prática diários, conseguimos desconstruir alguns destes traços. Baseio esta discussão nas palavras de Heleieth I.B. Saffioti:

Várias formas de violência de gênero são perpetradas contra as esposas sem que o agente imediato destas práticas seja, necessariamente, o patriarca. Ao contrário, este até parece afável em várias circunstâncias. A ordem patriarcal de gênero, rigorosamente, prescinde mesmo de sua presença física para funcionar. (SAFFIOTI, 2001, p. 116)

Com isso, entendemos a dominação masculina como um fator estruturante, alimentado por todas as pessoas que defendem ou replicam alguma ação sexista. De acordo com a cena apresentada, vemos mulheres da mesma família que defendem algumas atitudes machistas, fazendo com que o homem tenha suas atitudes validadas, mesmo estando ausente. Este fato reforça o caráter estrutural do machismo e sua interiorização nas casas e, mais ainda, nas subjetividades. Quando se trata da violência cometida contra mulheres dentro de casa, bell hooks aponta que:

O termo “violência patriarcal” é útil porque, diferentemente da expressão “violência doméstica”, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que violência no lar está ligada ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina. (HOOKS, 2023, p. 96)

A hooks também afirma que o uso do termo “doméstica” faz com que se “suavize” a violência, como se fosse uma questão íntima, entre o casal. Também critica o fato de a violência entre adultos ser considerada diferente da violência contra crianças: ao falar da violência dita doméstica, menciona que muitas crianças são agredidas na tentativa de defenderem suas mães durante uma agressão. Por fim, lembra que mais mulheres são mortas e espancadas dentro do próprio lar do que fora.

Pretendo mostrar, através deste recorte sobre a violência de gênero, que o ambiente familiar merece ser foco de atenção dos movimentos feministas por ser o primeiro círculo social de que fazemos parte e, por conseguinte, o primeiro cenário onde muitas de nós vão experimentar a violência do patriarcado.

2.3.3 Relato-manifesto sobre o feminismo como prática do espírito¹⁵

A palavra feminismo carrega muitas controvérsias a depender da localidade onde ela é discutida. Morando em cidade pequena durante toda a minha vida, tive contato com diversas opiniões sobre o movimento feminista. Muitas pessoas reconheciam o seu valor e a luta das mulheres quando se falava sobre o direito ao voto ou mais espaço no mercado de trabalho, para tanto, ouvi diversas críticas sobre feministas que falavam sobre o prazer feminino ou ter liberdade sexual e, principalmente, uma grande aversão quando o assunto era aborto.

Eu tinha consciência que a luta pelo direito das mulheres era algo importante, no entanto, tinha uma visão limitada sobre o assunto. Por conta disso, as minhas opiniões sobre estas questões foram mudando ao longo dos anos. Me lembro que escrevi uma redação quando eu tinha dezenove anos sobre a legalização do aborto e eu argumentava que era a favor apenas em caso de estupro e quando a gravidez era de risco para a gestante. Hoje, esta visão, além de me causar espanto, me causa aversão. A aproximação com as pautas feministas me levou a entender que a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo deve ser um dos pilares do pensamento feminista. Hoje, sou a favor da descriminalização do aborto.

Atribuo meu nascimento como feminista (que eu identifico como um ponto demarcatório na construção da minha identidade) à consciência de gênero, e em especial à percepção da existência do sexismo.

Até saber nomear as práticas sexistas, que como toda mulher eu já fui vítima, passei por um processo onde rejeitava a ideia de que fazia parte de uma sociedade patriarcal. Entender que o machismo não é um problema que ocorre em situações pontuais, mas sim o resultado de uma realidade construída socialmente na lógica do patriarcado, foi um divisor de águas para mim. Antes de compreender o caráter estrutural da violência de gênero, fui acometida por uma série de episódios de crises existenciais, onde buscava respostas dentro de mim para entender a fragilidade emotiva que experimentava em diversas situações. Fui convencida, por várias vezes, que era sensível demais, ou que me estressava sem motivo, ou que não aceitava piadas (muitas falando do meu corpo de uma maneira sexualizada). Me recordo de um momento onde fui assistir a uma peça de teatro de comédia e um dos atores saiu do palco em direção a plateia e parou ao meu lado. Ele encostou sua genitália em mim e continuou dando seu texto normalmente. As pessoas que estavam comigo riram muito e no final da

¹⁵ Este texto foi inspirado no capítulo “Espiritualidade feminista”, do livro *O feminismo é para todo mundo - políticas arrebatadoras*, de bell hooks.

apresentação, caçoaram de mim por eu não ter sabido lidar com a situação de um jeito natural e espontâneo e ter ficado sem jeito, paralisada e com vergonha. Era muito nítido para mim que, devido a minha personalidade demasiada calma e frágil, não conseguia impor respeito e me culpava fortemente por não conseguir responder prontamente a uma agressão. Para lidar com situações como esta, procurava respostas dentro de mim, questionando como poderia moldar a minha personalidade e a maneira de me mostrar ao mundo para que as pessoas, em sua maioria homens, mudassem a forma como se comportavam comigo.

Um meio de fazer isso era através de orações, apelando para uma força maior.

A espiritualidade sempre esteve presente na minha vida, mas ao longo dos anos, fui criando uma resistência em relação à religião. Presenciei alguns episódios dentro da igreja com os quais não concordava. Um dia, acompanhando minha mãe a uma igreja evangélica, me vi à frente de uma pastora. Eu achei muito interessante, pois nunca tinha assistido a um culto onde uma mulher estava à frente, apenas homens. Por causa disso, assisti ao culto com certo interesse, até que em seu discurso a pastora disse que, nos dias de hoje, os jovens não são mais tentados a usar drogas. Inclusive, comentou bem humorada que estava na moda o veganismo e cuidar da saúde. Daí, ela ficou séria e exclamou que o que estava levando os jovens à perdição era o homossexualismo.

Nesta altura, já convivía com pessoas lgbtqia + que faziam teatro comigo e o pensamento da pastora foi intragável para mim. Percebi, convivendo em ambientes religiosos, que se tinha ideias muito fechadas sobre o certo e o errado e a Bíblia era utilizada como instrumento para embasar esses valores. Vi que muitas mulheres procuravam aconselhamento para lidar com crises no casamento e, este movimento de serem elas a procurarem ajuda, chamava minha atenção. Muitas delas passavam por relacionamentos abusivos e tóxicos, onde sofriam com cônjuges que as agrediram ou que tinham problemas com alcoolismo. O ato de orar era visto como uma opção milagrosa que resolveria todos os problemas como num passe de mágica. Dificilmente eram incentivadas a tomar outras atitudes, como denunciar a agressão sofrida.

Ao olhar para as mulheres interioranas, tomo de exemplo o que observei na minha própria família: muitas são ligadas à religião e buscam conforto nela. Uma circunstância que hoje me assusta muito é que a minha mãe tinha como única opção de lazer as idas à igreja. Cresci ouvindo que a fé traria uma paz indescritível se a gente deixasse que o amor à Cristo entrasse em nossas vidas e em nossos corações. Esta realidade é comum para muitas mulheres que são mães, esposas e arrimos de família.

Mas, a falta de percepção de que a igreja é uma instituição que é dominada pelos homens e que portanto segue uma estrutura patriarcal ao fomentar práticas sexistas atrapalha muitas mulheres a compreenderem a violência de gênero como algo estrutural. Este fato faz com que a doutrina cristã tenha uma grande influência na forma como aprendemos sobre papéis de gênero. Como cita bell hooks:

Ao expor a maneira como o dualismo metafísico ocidental (o pressuposto de que o mundo sempre pode ser compreendido por categorias binárias, que há um inferior e um superior, um bem e um mal) era a fundamentação ideológica de todas as formas de opressão de grupos, sexismo, racismo etc., e que tal pensamento formou a base de sistemas de crenças judaico-cristãs). (HOOKS, 2023, p. 152)

A partir disto, a autora argumenta que o movimento feminista devia ter dado mais atenção à espiritualidade, uma vez que, segundo a mesma:

A religião patriarcal fundamentalista foi e ainda é uma barreira impedindo que o pensamento e a prática feministas se espalhem. De fato, nenhum grupo demonizou mais as feministas do que os fundamentalistas religiosos de direita, que pediram e toleraram o assassinato de pensadoras feministas, principalmente aquelas que apoiavam os direitos reprodutivos das mulheres. (HOOKS, 2023, p. 154)

A maioria das mulheres brasileiras são evangélicas. Isto enfatiza a necessidade de movimentos feministas darem uma atenção mais direcionada a este público, o que seria muito importante para que se levantasse uma discussão sobre como práticas feministas e espiritualidade podem coexistir. Também, para que as mulheres passassem a olhar o feminismo com outros olhos e pudessem se beneficiar de suas lutas e fazer parte delas.

É também urgente que mulheres de todo o país aprendam novas formas de praticar suas fés longe de religiões patriarcais. Um dos caminhos para isso é aprender um olhar mais crítico sobre os livros sagrados. Afinal, Jesus Cristo era cristão? Entender que a Bíblia é um livro escrito, dentro de um contexto histórico específico, por mãos humanas onde a experiência masculina predomina e que, portanto, nem todas as passagens se aplicam a nossa realidade de hoje, poderia ajudar a buscar alternativas para entender estas escrituras por outros vieses.

Discorrendo sobre o assunto, o amor ao próximo deveria ser uma extensão do autoamor, para que muitas mulheres cristãs entendam que permanecer em um casamento em ruínas não deve se sobrepor a importância de sua liberdade e de seu bem-estar (destacando que muitas mulheres mantêm o casamento por estar em situação de dependência financeira e emocional, e que por isso, para muitas não basta apenas a vontade de sair de um

relacionamento tóxico/ abusivo, é necessário uma rede de apoio que atenda necessidades variadas como a jurídica e a psicológica, por exemplo) e da autoaceitação, para que pessoas lgbtqia+ não precisem abdicar quem são para atender às estruturas heteronormativas, por exemplo. São estes preceitos que vão ser a base da autorrealização para que muitas mulheres resgatem sua autoestima e entendam que o feminismo não é anti religião.

A espiritualidade se relacionar com o feminismo tem a ver com validar a fé dessas mulheres, cuja ligação com Deus é tão valiosa para elas, e apresentar novos caminhos, onde as crenças sexistas de religiões dominadas pelo patriarcado sejam questionadas para, então, se criar novos caminhos para praticar sua espiritualidade. Vejo o papel da espiritualidade na vida de muitas mulheres como o alicerce que elas constroem suas percepções sobre o mundo, tendo como premissa inicial dos ensinamentos de Jesus Cristo “o amor ao próximo”, e então, tendo essa percepção distorcida por ações e discursos que fomentam o sexismo, lgbtfobia e o racismo. A fé espiritual sempre existiu para nos tornarmos pessoas melhores, mas muitas pessoas se esqueceram disso. O despertar feminista como prática (também espiritual) pode ser também um caminho para o alívio das opressões.

3 Uma mulher que migra e a compreensão da (sua) territorialidade¹⁶

3.1 A relação entre o território e a construção do sujeito: considerações sobre territorialidade, nos estudos da nova geografia, da antropologia e das artes cênicas

O conceito de territorialidade pode ser abordado sob diversos ângulos a depender do objetivo da pesquisa. Aqui interessa a influência do mesmo na construção e expressão identitária dos indivíduos, a partir da conjuntura social e política em que vivem. Para começar a falar deste conceito, faz-se necessário uma explanação sobre o que é território e o que ele implica para a noção de territorialidade às vistas da nova geografia, a fim de abordar esta pesquisa em termos práticos por meio de um estudo do espaço geográfico. Pretende-se também, uma abordagem na perspectiva antropológica em relação à territorialidade e com isso, a argumentação foca na perspectiva da construção cultural de um território, e por fim, uma reflexão sobre como produções teatrais são afetadas ou afetam este processo.

O termo território veio originalmente das ciências da natureza, a Biologia e Zoologia, em especial, nos estudos da Etologia, para descrever o ambiente ocupado por um grupo de seres vivos a fim de atender às suas necessidades de sobrevivência (FERREIRA, 2014, p. 112). Adotado posteriormente pela Geografia, o conceito de território passou a ser compreendido de maneiras diversas dependendo da escola. O sociólogo francês Bertrand Badie atribui a definição de território como um espaço indispensável para que o Estado consiga estabilidade política a nível internacional, e o geógrafo Robert David Sack, como uma área de influência promovida pela autoridade de um indivíduo ou um grupo de pessoas, que assumem o controle de todos os objetos e sujeitos (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2020, p. 5).

Já Claude Raffestin, geógrafo francês que influenciou nas pesquisas de estudiosos brasileiros, tais como Rogério Haesbaert e Milton Santos, defende uma concepção multidimensional do termo onde, além da atuação do Estado, a dinâmica território e

¹⁶ Destaco que as ciências geográficas e, portanto, os estudos sobre o território, foram historicamente utilizados como mecanismo para promover e sustentar relações de poder. Exemplificando: a criação de mapas, que eram acessados apenas por príncipes, chefes de guerra e navegadores, possibilitaram a colonização nas Américas e África, e até hoje são utilizados para criar estratégias de guerra, como aponta o geógrafo Yves Lacoste (2005). Da mesma forma, ressalto que a origem dos estudos em antropologia também foram utilizados para sustentar ideais colonialistas, como a contenção e controle de povos originários. Para mais informações consultar: Pereira (1986). Portanto, neste estudo sobre o território, as perspectivas antropológica e geográfica são abordadas de forma a ampliar estes conceitos, a fim de atender aos objetivos da pesquisa, contribuindo assim para uma perspectiva crítica e política sobre os termos.

territorialidade também ocorre através de ações sociais realizadas por instituições privadas, organizações políticas e indivíduos (RAFFESTIN, 2009, p. 26-27). Esta última definição dá abertura para que as relações de poder dentro de um território sejam repensadas por óticas diversas e no exercício de assumir outras possibilidades de pensar o movimento de territorialidade, outras dinâmicas de realidades podem ser criadas.

Partindo disto, dentre as definições está a de Haesbaert, que entende o território “[...] numa perspectiva integradora, ou seja, como um domínio politicamente estruturado e também como apropriação simbólica, identitária inerente a certa classe social” (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2020, p. 6). Assumindo o caráter político-cultural, a ideia de territorialidade, de acordo com o autor, pode ser abordada como um processo de relações sociais.

Nisto, podemos supor que as atividades e as relações construídas pelo indivíduo no seu território podem ter maior ou menor influência de acordo com a classe social da qual é pertencente. A forma como se dá a relação com o território, através de manifestações culturais, políticas e sociais, confere ao mesmo uma identidade própria que o diferencia dos outros, mas o impacto destas ações sociais são organizadas dentro de uma estrutura social e política que é regida por uma classe dominante atuante. Se o território é demarcado pelas relações políticas e sociais, então sua derivação, a territorialidade, é resultante deste processo. Ponderando sobre o assunto, o conceito de territorialidade pode ser compreendido como: um fenômeno que implica o movimento contínuo de ações humanas em relação ao seu ambiente; o ato de territorializar um espaço como um processo circular que constrói identidades coletivas e individuais, que por sua vez constroem o território e, como o resultado do processo de territorialização, sendo este resultado uma dinâmica mutável e contínua do espaço geográfico.

O geógrafo Milton Santos revolucionou a história da geografia ao propor que o território seja compreendido do ponto de vista do espaço geográfico ao invés da paisagem, e ao argumentar que ambos os conceitos nunca foram totalmente separados no campo de conhecimento geográfico. A paisagem, que se caracteriza como tudo aquilo que pode ser observado pela percepção humana, em seus aspectos naturais ou urbanos, é, segundo ele, uma categoria de análise técnica, pois, os objetos que compõem um determinado espaço (como parques, portos, cidades, casas, fazendas, entre outros), podem ser organizados e construídos por profissionais do espaço, como paisagistas e urbanistas. Assim, os objetos passam a ser vistos como atores, que cumprem papéis sociais. De acordo com Santos:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. (SANTOS, 2006, p. 39)

Assim, o espaço é compreendido como uma categoria de análise abstrata, que não pode ser tecnicizada, pois enquanto a paisagem é um recorte da totalidade de uma realidade, fixando uma imagem do passado, o espaço geográfico representa a realidade como um todo, levando em consideração o dinamismo do processo de historicização, onde esta categoria reflete o passado, mas se consolida como o movimento do presente, e portanto, o da atualidade. Santos também provoca, ao sugerir que os profissionais do espaço projetam a disposição dos objetos no território, criando assim um quadro de vida para a sociedade. Logo, a sociedade pode questionar a forma como são organizados estes objetos, trazendo a perspectiva de que os estudos da paisagem estão conectados ao estudo do espaço. Desta maneira, a historicização do espaço é um projeto feito no presente e que, portanto, é planejado pelas ações humanas.

Tendo as ideias de Santos e Haesbaert em foco, vemos que o território e a territorialidade estão conectados diretamente a processos sociais complexos, regidos por um sistema de relações de poder e ocorridos nos âmbitos políticos e culturais. Também, que se os objetos do território cumprem papéis sociais e são construídos por profissionais do espaço, a disposição destes objetos pode ser questionada e repensada.

O espaço é territorializado pelo ser humano e, por isso, a antropologia também oferece conexões importantes para o estudo da territorialidade. A antropologia é um campo de estudo das ciências humanas que busca investigar a origem e as características do ser humano com a maior amplitude de detalhes possível. Em ligação com o conceito de território, nos termos pela pesquisadora colombiana Beatriz Nates Cruz:

[...] la antropología lo aborda por un lado, como una construcción cultural donde tienen lugar las prácticas sociales con intereses distintos, con percepciones, valoraciones y actitudes territoriales diferentes, que generan relaciones de complementación, de reciprocidad, pero también de confrontación. (Cruz, 2010, p. 211)

Em estudos feitos pela pesquisadora nas comunidades indígenas *Yanacona*, do Maciço

Colombiano, e dos *Paisa*¹⁷ dos Andes Centrais da Colômbia a partir de 1996, revelou as diferentes formas que estas comunidades criaram seus territórios a partir de suas concepções particulares. A ideia central do estudo de Nates Cruz reside na comparação entre as duas percepções de território a partir dos conceitos de “el bravo”, ou “o mundo”, e “el entorno”, ou “o entorno”. O “mundo” é apresentado como distante ou fora do território ocupado, e o “entorno”, como o meio ambiente em que se vive. Os indígenas *Yanaconas* usam o termo “el bravo” para falar sobre o mundo desconhecido e inacessível. Para esta comunidade, não é preciso ocupar fisicamente este mundo para fazer parte dele, e caso precisem expandir seu entorno (o meio ambiente onde tiram proveito da terra, através da agricultura e da caça de subsistência), são feitos rituais para amansar o “el bravo”, revelando um ato de pedir licença para ocupar este espaço que também é morada de seus antepassados. Esta ideia se contrapõe à dos *Paisa*, que entendem que o mundo é o espaço que deve ser ocupado, desbravado (CRUZ, 2009, p. 278-280). Falando mais sobre a identidade coletiva dos *Paisa*, Luis H. Fajardo menciona:

Cuando se habla del paisa las cualidades que más a menudo se le atribuye son: ascetismo, positivismo, activismo, movilidad geográfica, sentido práctico, reserva, sentido comercial, frugalidad, laboriosidad, afición por el dinero, fidelidad conyugal, maneras democráticas, alta motivación hacia el éxito, optimismo, religiosidad, sentido de independencia, regionalismo, afición al juego, tradicionalismo, método, orden, adversidad, neutralidad afectiva, puritanismo sexual, creencia en el progreso, igualitarismo, predominio de la orientación hacia el futuro, afición al riesgo calculado, truculencia, locuacidad e hipersensibilidad acerca del tiempo. (FAJARDO, 1966, p. 26)

Pensando sobre como pode se dar o embate cultural entre a comunidade indígena Yanacona e os *Paisa*, que se reflete nas diferentes relações com o território em que vivem, vale a pena citar a Doutora e Mestre em Antropologia Social, América Larraín González e o Pós-Graduando Pedro José Madrid Garcés:

En dichas evocaciones, priman las referencias a las virtudes y a las hazañas de ciertos héroes locales o determinados colectivos, que generalmente contrastan con los estereotipos negativos a partir de los cuales son caracterizados otros grupos y regiones, generando distinciones marcadas y jerarquías en un mismo Estado nacional.

Esto, ha tenido como resultado el ejercicio de poder de unos sobre otros, tratándose, grosso modo, de una réplica de lo que fuera el evolucionismo como paradigma intelectual del siglo XIX, donde se mitificó a la civilización occidental, siendo el parámetro de clasificación para otras formas e historias de organización social

¹⁷ *Paisa* refere-se aos habitantes da região noroeste da Colômbia, incluindo parte das cordilheiras ocidental e central dos Andes. A região de Paisa é formada pelos departamentos de Antioquia, Caldas, Risaralda e Quindío.

alrededor del mundo. En Colombia —y en América Latina—, los tintes racistas de dicha jerarquía son ampliamente reconocidos. (GONZÁLES; GARCÉS, 2020, p. 187-18)

Nesta perspectiva antropológica, o espaço geográfico é avaliado do ponto de vista do conceito de lugar, que como categoria de análise geográfica é relacionado ao sentimento de pertencimento do indivíduo em relação ao local. Nisto, vemos que a territorialidade é exercida também a partir de uma intrínseca ligação afetiva com o território ocupado, que pode ser vista através de manifestações culturais, que vão desde práticas religiosas, comerciais até expressões artísticas.

Assim como o estudo da relação entre indivíduo e ambiente é importante para diferentes áreas das ciências sociais, também é relevante para inúmeras produções teatrais. Em cidades pequenas, é muito comum grupos de teatro usarem como disparador para suas produções elementos da cultura da própria cidade. Temáticas como a vida no campo e narrativas tradicionais da região fazem parte do repertório, tendo como personagens as figuras do caipira e do pescador, por exemplo.

Por isso, a postura de oposição também pode se fazer presente. Comumente, grupos de teatro de cidades do interior sofrem com a escassez de equipamentos culturais, o que limita o acesso aos espetáculos teatrais, oficinas e laboratórios de pesquisa cênica. Diga-se de passagem, também ficam ausentes de uma variedade de temáticas de relevância social. Se um grupo de artistas identifica que na sua cidade não se fala sobre determinado assunto, em especial aqueles ligados às injustiças sociais que muitas vezes atravessam a própria experiência dos(as) artistas, esta carência é justificativa para a criação também. Enquanto no primeiro caso, a produção é ligada a um sentimento de pertencimento e de afeto com o lugar, no segundo caso, é a ausência de algo que se torna foco de atenção.

Estas são suposições sobre como o sujeito artista interiorano(a) escolheria a temática de suas obras, levando em consideração possíveis influências do território sobre a construção de sua identidade como indivíduo e, por conseguinte, como artista.

Refletindo sobre o impacto de manifestações culturais no território e, sendo este produzido pelas ações humanas, podemos entender que grupos de teatro também são produtores de território. Se paisagistas e urbanistas constroem a materialidade do espaço territorial, os e as artistas de uma cidade, junto com a comunidade, podem também ser agentes sociais que constroem a imaterialidade do mesmo, através da produção de cultura no espaço.

Podemos ver a inscrição de manifestações artísticas nas ruas, como os grafites e apresentações de teatro de rua. Estas expressões atribuem significados simbólicos à espacialidade por meio das perspectivas pessoais dos artistas.

Assumindo o conceito de lugar como a conexão afetiva com o espaço ocupado, pode-se dizer que Teatro é um espaço afetivo e de pertencimento do artista, onde são manifestadas suas percepções individuais acerca da comunidade à sua volta e do mundo como um todo. Para tanto, esta seria apenas uma maneira de ver a questão posta. De outro, podemos dizer que a atriz/ator também busca dialogar com as visões de mundo de terceiros. Como diz Patrícia Falco Genovez e Gilson Magno de Souza:

[...] acredita-se que a arte, mais especificamente o teatro, como manifestação constituinte da cultura, tem a possibilidade de propor interpretações da realidade, seja ela social, política ou ideológica, em relação ao meio em que o ser humano está inserido. (GENOVEZ; SOUZA, 2019, p. 105)

Estas interpretações da realidade buscam trazer uma pluralidade de narrativas para a pesquisa de um grupo, que podem ser justificadas pela vontade do(a) artista de experimentar uma corporalidade/vocalidade diferentes da sua ou, então, dar uma contribuição para a sua comunidade ao compartilhar interpretações de realidades que julgam serem relevantes para discussões nos âmbitos social e político. Nesta perspectiva, o fazer teatral é uma ação sócio-cultural que pode territorializar o espaço e, conseqüentemente, construir territorialidades. Vale a pena ver a concepção de territorialidade descrita por Andréia Moassab e Renato Rebouças:

De fato, é desta maneira que se compõe uma territorialidade: um espaço permeado por sistemas de relações, as quais o constroem, produzindo cultura. Constituem-se mais como dimensões sociais, culturais, políticas: um espaço de relações, um espaço de encontros. Portanto, mais do que espaço-físico, trata-se de espaço-tempo, fruto de uma memória corporificada e uma potência de futuro: a territorialidade acontece sempre no presente, sempre na sua ação constitutiva. (MOASSAB; REBOUÇAS, 2006, p. 5)

Análoga a esta descrição de territorialidade, temos o Teatro, que pode ser considerada uma arte híbrida que ocorre apenas no presente; no ato de apresentação durante a relação dialógica com o público. Ao se pensar na criação cênica como “fruto de uma memória corporificada”, vemos a capacidade de estabelecer relações com a historicidade de um território e, sendo uma “potência de futuro”, tem-se a potencialidade de propor ou até criar novas possibilidades de realidades sociais.

3.2 Um passeio pela cidade de São Pedro

Percorso fotográfico.

Fotografia 1: Vista panorâmica da cidade.



Fonte: Diego Soares, 2022. Acervo Site de São Pedro. Disponível em: <https://www.saopedro.com.br/galerias/>

Fotografia 2: Igreja Congregação Cristã no Brasil.



Fonte: da própria autora (2023)

Figura 3: Escola Estadual José Abílio de Paulo



Fonte: da própria autora (2023)

Figura 4: Museu Gustavo Teixeira



Fonte: Fran Camargo, 2018. Acervo site de São Pedro. Disponível em: <https://www.saopedro.com.br/galerias/>

Fotografia 5: Casa da infância - fachada



Fonte: da própria autora (2023)

Fotografia 6: Esquina da casa



Fonte: da própria autora (2023)

Fotografia 7: Vista da frente da casa, com a entrada lateral para o Cemitério da Saudade



Fonte: da própria autora (2023)

Fotografia: Escola Municipal de Ensino Básico (EMEB) “Profª Maria de Fátima do Amaral” - fachada.



Fonte: da própria autora (2023)

Fotografia 9:
Escola Municipal de Ensino Básico (EMEB) “Profª Maria de Fátima do Amaral” - lateral.



Fonte: da própria autora (2023)

Fotografia 10: Casa da Vó



Fonte: da própria autora (2023)

3.3 Atravessando margem e centro (a chicana e o sujeito fronteiriço)¹⁸

Quando passamos a fazer parte de outros territórios e nos sentimos parte deles? A migração de cidades pequenas para cidades grandes é um fenômeno que faz parte da realidade de muitas pessoas. A busca por oportunidades de trabalho, condições melhores de vida ou até novas perspectivas sobre o futuro estão entre as inúmeras razões para se mudar. A partir da ideia de sentimento de pertencimento, famílias migram planejando retornar um dia para suas cidades natal. Por outro lado, há quem pretenda nunca mais voltar. Num contexto geral, a migração influencia na economia e política nacional ao ver que o investimento na construção de grandes centros comerciais, equipamentos de cultura e grandes indústrias estão concentradas, em grande parte, nas capitais e regiões metropolitanas do Estado, enquanto cidades pequenas possuem menos espaço para estas áreas. Como consequência disso, vemos um levante de jovens adultos que saem do interior em busca de novas oportunidades profissionais e educacionais e pessoas mais velhas que se mudam da cidade grande em busca de um ambiente mais pacato e tranquilo. Através desta ótica, são os objetivos pessoais que em grande escala territorializam os espaços.

No mais, vale a pena observar que estas transformações no território partem em primeiro lugar de percepções individuais de diversos grupos acerca do lugar. Em outras palavras, o território e a territorialidade decorrem de uma sucessão contínua de relações de afetos de indivíduos para com os seus ambientes. Nisto, a mudança de cidade vai de encontro com a demanda de construir um novo quadro de vida e, para isto, as condições de ir e vir determinam a liberdade de conseguir mudar a própria realidade ou não. Estas tentativas de mudar a realidade através do deslocamento de um lugar ao outro revela uma necessidade de romper barreiras que limita a possibilidade de criar as narrativas de vida nos seus próprios termos e, por isso, este movimento vai além de atravessar fronteiras geográficas.

Na minha mudança de uma cidade pequena para uma cidade grande com o objetivo de estudar Teatro, atravessei fronteiras da minha própria identidade que transformaram a minha visão de mundo. Afinal, o que a interiorana tem a falar sobre isso? A escritora e teórica

¹⁸ Trecho inspirado na vida e obra de Gloria Anzaldúa. Ver “La conciencia de la mestiza”, no livro *Borderlands/ La Frontera: The New Mestiza*, publicado originalmente pela Aunt Lute Books (San Francisco, California, 1987).

cultural chicana Gloria Evangelina Anzaldúa (1942-2004) me deu muitas ideias de como responder a esta questão. Em sua obra, ela fala sobre Neplanta, que é um espaço ficcional onde é possível desenvolver uma narrativa de cura a partir da criação de novas realidades ao re-escrever narrativas pessoais. A autora ressalta a importância de atravessar as fronteiras geográficas e da própria existência; atravessar pontes para ver o que tem do outro lado; fazer rachaduras nos muros; quebrar barreiras. Sobre Anzaldúa, a Doutora em História Vivian da Veiga Silva cita:

Anzaldúa nasceu no Vale do Rio Grande, no sul do Texas, em uma família de trabalhadores rurais migrantes que, por gerações, viveram nessa região. Para garantir acesso à escola, seus pais se mudaram para a cidade de Hargill, onde Anzaldúa se deparou com o que ela denominou de “terrorismo linguístico”: a imposição de cursos de dicção para a eliminação de seu sotaque mexicano. Com a morte de seu pai, aos 14 anos, Anzaldúa foi obrigada a ajudar financeiramente a família, trabalhando no campo, enquanto cursava educação básica e secundária. Enfrentou diversos obstáculos para obter a licenciatura em Arte e Literatura na Universidade PanAmerican, em 1969; posteriormente concluiu o mestrado na Universidade do Texas, em Austin. Ministrou cursos sobre feminismo, estudos chicanos e escrita criativa em várias universidades norte-americanas. Faleceu em maio de 2004. (SILVA, 2021, p. 337)

Na comunidade em que vivia, Anzaldúa tinha como possíveis opções de vida ser freira ou dona de casa. Desde sua infância ela tinha gosto pela leitura e relata que gostava de contar histórias para a sua irmã mais nova. Ela traz o termo “consciência *mestiza*” para nomear a particularidade da experiência do sujeito fronteiriço. Partindo de sua vivência, influenciada por três culturas diferentes, a branca, a mexicana e a indígena, a autora entende que enfrentou uma guerra interior. Esta luta de fronteiras afetou sua subjetividade, conforme descreve:

Dentro de nós e dentro de *la cultura chicana*, crenças arraigadas da cultura branca atacam crenças arraigadas da cultura mexicana, e ambas atacam crenças arraigadas da cultura indígena. De forma subconsciente, vemos um ataque contra nós e nossas crenças como uma ameaça e tentamos bloqueá-lo com um posicionamento contrário. (ANZALDÚA, 2005, p. 705)

Sendo a cultura branca o poder que prevalece sobre as outras, é sustentado um padrão de ideias e comportamentos que ficam arraigados dentro de nós, estabelecendo uma relação de opressor-oprimido. E, a autora ao se reconhecer como fora do padrão branco hegemônico por conta das suas raízes mexicanas e indígenas e por ser uma “mulher de cor” e lésbica, e por conta disso, historicamente e estruturalmente marginalizada, logo compreendeu a importância de agir para se libertar da dominação cultural.

Em seus escritos, ela fala sobre esta mudança na percepção da realidade de uma *mestiza*, uma vez que a sua própria existência representa uma quebra de paradigmas na sociedade. A consciência de que sua identidade está neste “entre”, coloca a fronteira como um lugar de pertencimento, onde os seus comportamentos e percepções podem ser transformados a partir do despertar da consciência *mestiza*. Sobre isso, descreve:

O trabalho da consciência *mestiza* é o de desmontar a dualidade sujeito–objeto que a mantém prisioneira, e o de mostrar na carne e através de imagens no seu trabalho como a dualidade pode ser transcendida. A resposta para o problema entre a raça branca e a de cor, entre homens e mulheres, reside na cicatrização da divisão que se origina nos próprios fundamentos de nossas vidas, nossa cultura, nossas línguas, nossos pensamentos. Extirpar de forma massiva qualquer pensamento dualista no indivíduo e na consciência coletiva representa o início de uma longa luta, que poderá, com a melhor das esperanças, trazer o fim do estupro, da violência, da guerra. (ANZALDÚA, 2005, p. 707)

Partindo desta ideia, interpretamos uma transformação interna que ocorre no sujeito mestiço, que passa a compreender o mundo de maneira mais ampla, transcendendo o pensamento ocidental/colonial ao assumir a multiplicidade de sua identidade. Desta forma, a pessoa mestiça se liberta de preconceitos culturais enraizados em nossos pensamentos, nossas línguas e na nossa cultura para assim, superar a divisão entre as raças brancas e as de cor que ocasionam a opressão e violência no mundo. E é através destas duas direções, “[...] a luta política (mobilização e reivindicação) e a luta interna (libertação dos preconceitos culturais introjetados na psique colonizada)” (SILVA, 2021, p. 351), que se apresenta uma ferramenta poderosa para repensar e tornar possível novas realidades. Em *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*¹⁹, a autora conclama pela voz das mulheres subalternizadas do Sul-Global e o fato de protestar em prol delas pode ser considerado uma ação que confronta a herança colonial. Destaco o trecho de introdução da carta:

Queridas mulheres de cor, companheiras no escrever.
Sento-me aqui, nua ao sol, máquina de escrever sobre as pernas, procurando imaginá-las. Mulher negra, junto a uma escrivanhinha no quinto andar de algum prédio em Nova Iorque. Sentada em uma varanda, no sul do Texas, uma chicana abana os mosquitos e o ar quente, tentando reacender as chamas latentes da escrita. Mulher índia, caminhando para a escola ou trabalho, lamentando a falta de tempo para tecer a escrita em sua vida. Asiático-americana, lésbica, mãe solteira, arrastada em todas as direções por crianças, amante ou ex-marido, e a escrita. (ANZALDÚA, 2000, p. 229)

Como mulher latino-americana, me sinto convidada a responder a carta de Gloria Anzaldúa:

¹⁹ Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v08n01/v08n01a17.pdf>

Querida, Glória

Estou te escrevendo para avisar que a sua carta chegou até mim. Foi um longo caminho que ultrapassou as barreiras do tempo-espço. Acontece que eu vim de uma cidade do interior e as coisas demoram para chegar lá e a sua carta demorou 43 anos, você acredita?

Eu me emocionei muito com a sua escrita intensa e poética que transcende as barreiras da existência. A sua carta foi feita para todas as mulheres do sul global; para as que estão desbravando o mundo, para as memórias das que já se foram e para aquelas que não nasceram ainda.

Quero dizer que também sou uma mulher do terceiro mundo que teve as suas origens obscurecidas pelo eurocentrismo. Venho de um país onde as raízes indígenas e negras são subalternizadas e a herança colonial e branca são exaltadas. Mas preciso compartilhar um dilema, ao mesmo tempo que me aproximo de sua luta, eu também me distancio: sou fruto da miscigenação e lida socialmente como branca em meu país. E o ato de atravessar as fronteiras da minha identidade está sendo um longo caminho. Neste percurso eu estou passando por um processo de sensibilização através do contato com a arte e tenho me dedicado a muita leitura e estudo para romper com paradigmas que herdei deste Brasil colonialista. Sinto que ao terminar a minha passagem nesta Terra e, talvez, consiga te conhecer pessoalmente em outro plano, a luta por um mundo mais justo e menos racista, transfóbico, sexista, capacitista e classista não terá acabado e enquanto estou por aqui, eu rezo para que ao menos eu deixe um legado de amor ao próximo e empatia para as próximas gerações.

Sabe que me identifico com você em vários aspectos? Eu também relutei (e muito) para escrever. Pôr para fora aquilo que me inquieta foi um grande desafio e demorei muito tempo. Às vezes me sentava em frente ao computador por horas e não escrevia uma linha, e foi assim por muitos meses. Acho que eu precisava superar o medo da vulnerabilidade, pois ser vista como figura frágil é algo que sempre me assustou. Mas, usando suas palavras “Eu tenho medo de escrever, mas tenho mais medo ainda de não escrever”. Me posicionar no mundo para enfrentar a violência e as injustiças que diminuem nossas expectativas de vida é algo doloroso, mas necessário.

A minha trajetória como mulher interiorana foi uma verdadeira viagem de se conhecer. Eu descobri que dentro de mim tem várias camadas que compõem a minha

identidade, e eu fui descobrindo uma a uma. Eu sou mulher, caipira, feminista, artista e agora, também sou da capital, da cidade grande. Sou sujeita-fronteiriça e estar vivendo neste limiar tem sido um grande aprendizado.

Afinal, por que sou levada a escrever? Preciso escrever para transbordar algumas dores dentro de mim e me curar delas; escrever me salva de mim mesma. Por que sou levada a atuar, fazer arte? Porque preciso dar vazão a aquilo que me incomoda de forma criativa, para que as toxicidades das dores sofridas nesta sociedade patriarcal e heteronormativa não se transformem em (auto) ódio cego e desmensurado. Por que sou levada a lutar? Porque as próximas gerações precisam desesperadamente de esperança e de futuro.

Quero lutar pelas mulheres, mas ainda não descobri como fazer as teorias que me apropriado alçarem voo e se transformarem no ar que todas respiramos. Porque tenho um palpite de que se o que aprendemos nos livros foi bem digerido, conseguimos devolver algo mais potente ao mundo e, quem sabe, aprender a falar todas as línguas das mulheres subalternas terceiro-mundistas e desta forma atravessar as fronteiras das desigualdades sociais que nos assola?

Um dia, vou nascer como artista caipira, uma feminista do interior que usa de sua arte para transformar realidades. Ainda estou em período de gestação, aguardando para me devolver ao mundo. Estou me preparando para atravessar mais essa fronteira.

Com amor e admiração,

Bianca

4 Ninguém é uma só: interseccionalidade e decolonialidade nos feminismos

4.1 Desvendando sistemas múltiplos de opressão

No aprofundamento da ideia de que o patriarcado deve ser compreendido e combatido levando em consideração o contexto social, político e histórico mundial, apresento os inúmeros sistemas de opressão a partir de três perspectivas: o da Branquitude, o da Cisgeneridade e o da Colonialidade.

4.1.1 Colocando a branquitude em foco

Entende-se aqui o conceito de branquitude como uma categoria de estudo que investiga os traços raciais da identidade do branco, enfatizando a necessidade de subverter a imagem de que a questão do racismo não é pauta apenas do movimento negro. Comumente em debates sobre pautas raciais, o negro (a) é foco da discussão, enquanto a possibilidade de estudar pessoas brancas gera um estranhamento. O ponto é que nós, pessoas racializadas como brancas, não estamos acostumados(as) a sermos investigados(as). Dentro de um contexto onde somos ensinados(as) sobre o valor da moral e dos bons costumes, nos convencemos de que somos pessoas boas ou que fazemos o nosso melhor para se tornar exemplo de integridade para a sociedade e isto tem a ver com uma construção social e histórica.

Temos momentos marcantes na história mundial que estabeleceram o branco como poder dominante, como o *apartheid* social na África do Sul, a segregação racial nos Estados Unidos e a Escravidão. Neste último caso, chamo a atenção para a catequização da comunidade indígena, como exemplo do estabelecimento de um ideal branco do que é ser bom a partir de valores cristãos e a proibição da manifestação de religiões africanas pelas pessoas escravizadas, cujos rituais eram tidos como uma representação do mal ao fazer oposição com o catolicismo. Durante este período, teve a conceituação de teorias que corroboraram com a ideia da superioridade branca, nos âmbitos sociais e biológicos e este é o caso do darwinismo racial no Brasil, que defendia que a espécie humana tinha várias origens e não apenas uma, como acreditava Darwin, devido às características físicas e culturais entre os diversos povos, o que fez com que utilizassem a raça com a finalidade de categorizar os seres humanos em uma pirâmide, onde quem está na base é inferior aos que estão no topo. Ainda se apontava, por teóricos da época como Nina Rodrigues no Brasil, que a mestiçagem era sinônimo de

degeneração ao causar estigmas sociais, como loucura ou epilepsia, e biológica, como testa alongada e pele “amorenada”, e a partir disto se criou o que chamaram de Teoria das Diferenças.

Assim, trazendo estes fatos que trazem à tona o paradigma colonial do racismo, proponho que a investigação sobre a construção social por trás de ideologias e comportamentos de pessoas brancas que perpetuam o racismo seja atrelada às consequências do colonialismo, acentuando o branqueamento como um processo historicizado. De acordo com Lilian Schucman:

O fato de os estudos sobre branquitude se formarem como um campo de estudo transnacional e de intercâmbio entre ex-colônias e colonizadores corresponde à cadeia de fatos históricos que começa com o projeto moderno de colonização, que desencadeou a escravidão, o tráfico de africanos para o Novo Mundo, a colonização, as formações e construções de novas nações e nacionalidades em toda a América e a colonização da África. (SCHUCMAN, 2012, p. 17).

Ao revelar esta estrutura social e histórica na qual fortaleceu a branquitude, é importante destacar que geralmente no senso comum, ao se falar da prática do racismo, vem à mente ações violentas e diretas como agressões físicas ou verbais, o que faz com que a maioria das pessoas brancas não se reconheçam tendo estes tipos de atitudes. Mas, é através desta ótica limitada que outras camadas da violência, como a estrutural, a institucional e a simbólica, são menosprezadas.

Precisamos entender o racismo para além do âmbito moral, uma vez que o compreendendo como uma questão estrutural, pode-se refletir sobre como nossos comportamentos e ideais são construídos socialmente e que, portanto, temos uma identidade coletiva que faz parte de uma realidade maior que a nossa individual. Muitas pessoas têm dificuldade em lidar com esta perspectiva uma vez que reduzem ela a máxima de que se não atacar alguém por conta de sua pele, logo não é racista. Este pensamento, em especial no Brasil, está ligada a uma falta de conhecimento da própria história e o entendimento que a mesma deixou uma herança colonial que estruturou o sistema em que vivemos hoje. Outro ponto relevante é que nos dias de hoje, após anos de trabalho árduo dos movimentos negros, as pessoas pretas tem ocupado gradualmente cada vez mais espaços de poder e pautas sobre igualdade racial tem sido foco de atenção das mídias de comunicação. Para tanto, essa visibilidade se por um lado ajuda a fortalecer os grupos engajados ao atrair mais aliados, por outro, ajuda a disseminar *fake news* sobre os mesmos. Tendo em vista o impacto na mídia, vemos um levante de pessoas pretas como atores e atrizes em canais abertos e ocupando

cargos na política, o que reforça os resultados da luta engajada. Porém, vemos também grupos que fazem oposição às lutas e como exemplo disso é a maneira distorcida que a maioria das pessoas tem visto a prática de militância, traduzindo o ser militante como a pessoa que se vitimiza, que se equivoca ao fazer suas exigências e essa visão afeta não apenas o movimento negro, como também as lutas feministas, lgbtqia+, entre outras. Por trás desta tensão está a dificuldade das pessoas brancas de assumirem a responsabilidade sobre as questões raciais e quando o fazem, é por motivações individuais, para evitar um cancelamento, por exemplo, sendo o caso onde o medo ou preocupação de ser chamada de racista seja maior do que ser racista de fato.

No ato de propor que pessoas brancas tenham um olhar crítico sobre sua própria branquitude, é essencial de se pontuar que não falo sobre indivíduos declaradamente racistas que usam de discursos extremistas para sustentar uma ideia equivocada de superioridade branca, pois com estes não existe a possibilidade de diálogo. O intuito deste tipo de discussão é apresentar argumentos para que a sociedade hegemônica branca possa tomar consciência de seus privilégios e adotar posturas anti-racistas. Para entender mais a respeito de como funciona a branquitude, destaco a escritora e psicóloga Cida Bento:

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil tem um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (BENTO, 2014, p. 30).

A autora traz à tona o conceito de pacto narcísico para dar nome a um acordo que as pessoas brancas fazem entre si, a fim de se protegerem e manterem o seu lugar de privilégio na sociedade. Sobre isso, Bento pontua:

A hipótese é que, na psique da massa, os processos psíquicos ocorram de forma similar aos que acontecem na psique individual. Uma tendência reprimida deixa um substituto, um traço, que prossegue sua trajetória até tomar corpo e significado para um sujeito singular. Este sujeito pode ser entendido como elo da cadeia dos “sonhos e desejos” não realizados das gerações que o precederam, ou seja, ele é o servidor, o beneficiário e o herdeiro da cadeia intersubjetiva da qual procede. (BENTO, 2014, p. 46)

Bento exemplifica de maneira muito contundente como se dá o mecanismo estruturante por onde a branquitude ocorre. Adicionando a esta discussão a relação entre sexismo, a antropóloga e ativista negra Lélia Gonzales questiona, usando da psicanálise, se o racismo

seria uma neurose brasileira. Ela escreve que no complexo de Édipo, o menino ou a menina tem atração pela mãe ou pelo pai na infância e que nesta linha de estudo não precisa ser biológico mas uma figura paterna ou materna. Usando disso para fazer uma análise de como se construiu o sexismo, tendo em vista o patriarcado, Gonzales reflete que o homem branco teve como figura materna a mulher preta, sendo sua babá ou empregada doméstica (podemos remeter também as amas de leite durante o período colonial). Assim, o objeto de desejo proibido do homem branco não seria sua mãe biológica branca, mas sim a mulher preta que cuidou dele, o que torna este desejo duplamente proibido, primeiro pelo tabu do incesto e depois pelo do racismo no Brasil, que não permite que esta relação seja construída de uma maneira não-violenta. Observa-se que essa dinâmica ocorre nas relações de forma implícita e que assim como o incesto, o racismo também é percebido socialmente como um tabu, algo que causa incômodo se falar sobre, que não poder ser investigado pois seria um assunto proibido (GONZALES, 1984, p. 232-235).

Traçando um parâmetro com a dinâmica social de uma cidade pequena podemos pensar nelas como um pequeno retrato da sociedade com algumas características específicas que se faz necessário relevar. Já aponte que como interiorana, não tive acesso a discussões de relevância social e entre elas está o conceito de branquitude, o racismo estrutural e outros assuntos adjacentes a estes e atribuo este fato a falta de espaços nas cidades interioranas que se comprometam a debater estas pautas e também observo que, no que se trata de São Pedro pelo menos, pouquíssimo ou nada se sabe a respeito da história da cultura negra e indígena. Estes fatores não só são retratos de uma realidade social herdada de um contexto histórico traumático, como também demonstra poucos focos de espaços de resistência, dificultando que haja uma mudança na estrutura.

4.1.2 Colocando a cisgeneridade em foco

Ao pôr o conceito de cisgeneridade em evidência, assume-se que o mesmo é uma categoria analítica, utilizada como ferramenta para repensar e romper com uma concepção pré-estabelecida dos papéis sociais de gênero. Partimos da ideia de que o binarismo, que coloca a construção de gênero social masculino e feminino ligadas ao sexo biológico, é uma criação do colonialismo. O período colonial, ocorrido entre os séculos XIV e XVII, através da ocupação de terras e extermínio em massa de civilizações inteiras nas américas e costa africana pelos europeus, reduziu drasticamente as formas alternativas do entendimento sobre

gênero, sexualidade, composição familiar, expressão artística e a forma como se relaciona com o meio ambiente, com o coletivo e com a própria subjetividade, para além do padrão ocidental e cristão. É importante evidenciar que não é possível avaliar a cultura de um povo como superior ou inferior, pois ao fazer isso, falamos do ponto de vista de nossa própria cultura em detrimento de outra.

No fortalecimento deste novo padrão eurocêntrico acerca da sociedade como um todo, a expressão de gênero também foi estabelecida. O sexo biológico foi determinante para atribuir significados de feminino e masculino para a sociedade fazendo com que expectativas sociais de performatividade de gênero fossem exigidas. Simone de Beauvoir já apontava que as relações sociais são mais relevantes para diferenciar uma mulher do homem do que o sexo biológico quando se fala de desigualdade de gênero, indo de encontro a ideia de que gênero é uma construção social.

4.1.3 Colocando a (de)colonialidade em foco

O território e a territorialidade existem no espaço geográfico, que é historicizado, por isso, pensar a ocupação física, simbólica, cultural e política dos mesmos através do ponto de vista da colonialidade é, portanto, um caminho para pensar em como a herança colonial estruturou a sociedade. Neste pensamento, o ato de pensar em como os processos históricos foram determinantes para construir a contemporaneidade nos revela em como a dicotomia entre colonizador-colonizado formaram o que vamos chamar de modernidade colonial e em como a proposta epistemológica do filósofo peruano Aníbal Quijano, denominada decolonialidade, foi responsável por confrontar com a colonialidade.

Quijano traz o termo colonialidade de poder para falar sobre a dependência que os países da América Latina têm em relação à Europa e alguns países da América do Norte. A superioridade branca e europeia, durante o colonialismo, em relação aos povos originários e negros(as) escravizados(as) era exercida de forma direta, através do trabalho forçado e imposição da cultura dominante, caracterizando esta relação como colonialismo, em referência ao Período Colonial. Desta forma, colonialidade, se denomina como a herança colonial presente nos dias de hoje, que se operacionaliza por meio de ações das classes dominantes que buscam manter a estrutura social, onde pessoas racializadas como brancas, em sua grande maioria, têm privilégios em posições de poder.

Paralelamente a isto, temos conhecimento que a escravidão servia a objetivos econômicos e políticos muito bem definidos e que por muito tempo movimentou o mercado mundial através da produção de capital e esta mercantilização da força de trabalho faz uma conexão direta com o sistema econômico atual predominante, o Capitalismo, como podemos ver nas palavras de Quijano:

Na América a escravidão foi deliberadamente estabelecida e organizada como mercadoria para produzir mercadorias para o mercado mundial e, desse modo, para servir aos propósitos e necessidades do capitalismo. Do mesmo modo, a servidão imposta aos índios, inclusive a redefinição das instituições da reciprocidade, para servir os mesmos fins, isto é, para produzir mercadorias para o mercado mundial. E enfim, a produção mercantil independente foi estabelecida e expandida para os mesmos propósitos. Isso significa que todas essas formas de trabalho e de controle do trabalho na América não só atuavam simultaneamente, mas foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial. Consequentemente, foram parte de um novo padrão de organização e de controle do trabalho em todas as suas formas historicamente conhecidas, juntas e em torno do capital. Juntas configuraram um novo sistema: o capitalismo. (QUIJANO, 2005, p. 126)

Sendo o capitalismo um sistema econômico que visa o acúmulo de riquezas através do domínio dos meios de produção e aliando este fato ao fim do período escravocrata, onde as pessoas escravizadas não foram incluídas em nenhum plano de ressocialização após conquistarem a alforria (destaco a conquista da liberdade dos povos escravizados em respeito ao fato de que as lutas abolicionistas, a criação dos quilombos, a resistência negra no geral, tenham sido processos históricos importantes), fica nítido que a classe dominante, dona dos meios de produção não sofreu alteração. Os(as) recém libertos(as) ocuparam as margens da sociedade no sentido simbólico, ao ter suas crenças, valores, linguagens e demais práticas culturais tidas como inferior, estrangeira ou exótica e no sentido geográfico, ao se ocupar territórios distantes dos grandes centros comerciais e turísticos. O eurocentrismo, que é esta visão de mundo que coloca a Europa como padrão branco europeu hegemônico, precisa que as demais etnias sejam vistas como inferiores a ele, de maneira que a verticalização desta relação de poder seja mantida.

A partir do ponto de vista do mercado de trabalho, vemos quais cargos e funções têm predominância de pessoas brancas e pessoas não-brancas e aqui também se atenta ao recorte de gênero. Para além da ideia de raça ser ponto demarcatório para a definição da estrutura social de poder, temos também o patriarcado. Tarefas domésticas e cuidado dos filhos são funções desempenhadas por mulheres; todas as funções envolvendo trabalhos manuais, relacionados ao terceiro setor, são desempenhadas em sua maioria por pessoas, homens ou mulheres, não branco(as). Assim, vemos que os cargos que envolvem a chefia dos meios de

produção são destinados aos homens brancos, que dominam a manutenção do mercado enquanto estrutura social e econômica. Como forma de se aprofundar no complexo raça-gênero, é necessário entender como se deu e dá a leitura social para os colonizadores e os colonizados. Segundo María Lugones:

Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. (LUGONES, 2014, p. 936)

É neste trânsito entre a relação gênero-raça-etnia e a influência sobre todos os sistemas globais de dominação que feministas decoloniais constroem os seus argumentos. A junção entre os conceitos feminismo e decolonialidade, serviu em primeiro lugar para dar voz às mulheres do Sul Global, no entendimento de que estas possuíam vivências diversificadas de violência de gênero das mulheres norte-americanas e européias.

A relação Norte-Sul é essencial para se falar no impacto do capitalismo e a ligação entre países do 1º mundo e do 3º mundo. As terras latino-americanas tiveram seus recursos naturais sugados após as navegações exploratórias. Vejamos a diferença entre a chegada dos Europeus na América Latina e nos Estados Unidos. Na América latina, buscava-se riqueza e nos Estados Unidos, os ingleses foram atrás de novas perspectivas de vida. Em ambas, os seus povos originários foram dizimados.

Na comparação entre as histórias nacionais dos países latino-americanos, vemos similaridades gritantes. Todos foram colonizados por europeus; tiveram suas culturas originárias dizimadas e seus minerais e demais recursos naturais roubados. Após o período colonial, foram as ditaduras militares da década de 1960 (financiadas pelo colonizador moderno, os EUA) que nos colocaram na mesma posição. A partir desse olhar, tomemos como exemplo o Brasil. Pouco temos contato sobre as vivências, os costumes e as expressões artísticas de nossos vizinhos sul-americanos e por outro lado, o inglês é mais familiar que o espanhol, afetando a nossa maneira de se comunicar. Consumimos amplamente produtos estadunidenses, das redes de *fast food*, colonizados do modo de se vestir até os filmes e séries que assistimos. A ida a Disney é o sonho de muitas de nossas crianças, e muitos de nós

desejamos o “sonho americano”, incluindo o desejo de emigrar de nosso país subdesenvolvido, violento e corrupto, na palavra de muitos de nós.

Nossa identidade como habitantes da América também é questionada: não somos chamado(as) americanos(as), nomenclatura reservada aos estadunidenses. Lá fora, somos vítimas de xenofobia, chamados pelo nome de *cucarachas*, ou baratas em espanhol. As mulheres latinas não falantes de inglês, quando chegam a algum país do hemisfério norte em busca de novas oportunidades, trabalham como empregadas domésticas, camareiras, costureiras, babás e outras atividades evitadas pelas mulheres dos países desenvolvidos, que precisam focar nas suas carreiras profissionais. Nós, mulheres brasileiras, lá fora somos vistas como *calientes* quando jovens, conhecidas como liberais no sexo e descritas como amantes de homens brancos casados, quando inseridas no trabalho de cuidado nas casas das famílias brancas.

5 Ampliando a visão e a voz: o círculo de mulheres artistas

5.1 Gabriela Naomi, Karine Silva Faleiros e Mayra Kristina de Camargo: história oral e as mulheres entrevistadas

Para esta parte, foram entrevistadas três mulheres que atuam como artistas em cidades pequenas do interior na região de Campinas no Estado de São Paulo. As cidades de origem de Gabriela Naomi, Karine Silva Faleiros e Mayra Kristina de Camargo são Limeira, São Pedro e Piracicaba, respectivamente. Obtive o contato das mesmas através de amigas e amigos em comum. As entrevistas que duraram em média uma hora e foram gravadas para registro, ocorreram de modo remoto e seguiram um roteiro semi-estruturado, que abordou 4 temas abrangentes: a construção social de gênero; a relação com o território (cenário caipira); a relação com o feminismo/movimentos feministas e, por último, como todas as temáticas anteriores (relação gênero social-território-feminismo) afetam ou são afetadas pelos processos artísticos delas. As conversas foram conduzidas a partir de perguntas abertas onde as entrevistadas poderiam discorrer livremente sobre os assuntos tratados a partir de suas experiências pessoais.

Sendo a história oral utilizada como metodologia qualitativa²⁰, os relatos trazidos pelas mulheres artistas se tornaram parte importante da bibliografia, uma vez que suas narrativas contribuíram para ampliar o conhecimento desta pesquisa ao validar a memória viva, o olhar e a interpretação única delas acerca dos temas abordados sobre território, gênero e feminismo em relação com processos artísticos.

Compreendo a função da história oral, na perspectiva da assistente social Latif Antonia Cassab e do professor Aloísio Ruscheinsky:

Como metodologia de pesquisa, a História Oral se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano. Os dados para o encadeamento são obtidos através de conversas com pessoas (relatos orais) que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem, ponderando esses fatos pela sua importância na vida desses indivíduos. (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p. 8)

²⁰ Também pode ser compreendida como a metodologia qualitativa biográfica História de Vida. Em termos gerais, nas histórias de vida a/o pesquisador/a escuta o/a entrevistado/a narrar a sua vida para, então, através de um olhar analítico, responder às questões da pesquisa. Neste estudo, ambas as metodologias (oral e de vida) podem ser consideradas sinônimos, pois atendem ao objetivo comum de atribuir a narrativa singular a uma esfera social. Para mais informações consultar: Nogueira (2017).

A dinâmica das entrevistas se assemelhou a um bate-papo, onde as entrevistadas compartilharam com riqueza de detalhes e muita generosidade aspectos de suas vidas e percepções pessoais. Aceitaram prontamente o convite para fazer parte da pesquisa. Foi possível, por conta das questões formuladas, que davam brecha para reflexões amplas sobre os assuntos abordados, que eu fizesse outras perguntas direcionadas a aspectos específicos trazidos em seus relatos, caso me chamassem atenção. Por isso, o percurso das conversas foi criado de maneira orgânica e híbrida.

Para introduzir as entrevistadas, determinei que elas se apresentassem com suas próprias palavras e, para isso, foi solicitado o envio de uma mini-biografia escrita por elas, que será colocada a seguir:

Gabriela Naomi

“Eu gosto de usar uma analogia: eu não sou delicada como uma flor, mas como uma bomba.”

Como ela se apresenta ao mundo:

30 anos, Educadora, preta-trans-ativista, DJ e performer, primeira formanda transexual, negra e de escola pública a se formar na UNESP de Rio Claro, em Ciências Biológicas (bacharela e licenciada).

Técnica em enfermagem pelo COTIL/UNICAMP de Limeira e atriz pelo Núcleo Cia. de Teatro de Limeira, reingressante em Pedagogia.

Membra dos coletivos Transitando, de Piracicaba, e Calisto, de Rio Claro e, atualmente Consultora sênior de Cultura e Diversidade na Cosan.

Tem mais de 7 anos de experiência em temáticas de inclusão, diversidade, equidade e pertencimento.

Karine Silva Faleiros

“Eu não sou uma mulher convencional, esperada pela sociedade. Eu sou uma mulher lésbica, tenho uma família homoafetiva, hoje com três filhos e minha esposa.”

Como ela se apresenta ao mundo:

Facilitadora de processos socioambientais, engenheira florestal e especialista em Educação Ambiental e Transição para sociedades mais sustentáveis, trabalha com abordagens participativas nas áreas de Educação e Políticas Públicas socioambientais locais.

Apresenta ampla experiência na criação de métodos, materiais de apoio e de ambientes férteis para aprendizagem, participação e desenvolvimento de comunidades e organizações, bem como na criação de estratégias inovadoras de gerenciamento de projetos socioambientais e equipes.

Atua nestas áreas há mais de 15 anos e dentre outras experiências, foi coordenadora do ponto de cultura Educomunicamos do Instituto Terra Mater; fundadora e diretora da Iandé - Educação e Sustentabilidade; integrante da equipe pedagógica do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Transição para sociedades mais sustentáveis da OCA - ESALQ - USP e hoje atua como Coordenadora de Educação e Políticas Públicas do Corredor Caipira - Conectando paisagens e pessoas ESALQ-USP.

Mayra Kristina de Camargo

“[...] minha mãe é uma grande ativista e militante, feminista, sem saber os nomes dados, sem saber os termos. Sororidade, sempre praticou, sempre praticamos. Primeiro a gente vivencia, a gente luta e depois vem os nomes”

Como ela se apresenta ao mundo:

48 anos, Educadora infantil da rede municipal de Piracicaba há 26 anos. Promotora Legal Popular desde 2016. Voluntária e diretora da Casa de Cultura Hip Hop de Piracicaba. Integrante do coletivo “Beleza Preta”. Atriz e rapper. Integrante do grupo de Rap #4MP. Faz parte dos grupos Casa de Batuqueiro, do Batuque de Umbigada e do Mestre Tonho, do Samba de Lenço.

Agente cultural independente do Barranco Cultural e produtora cultural do Festival Curau, Festa dos Batuques Paulistas e Mostra Preta Periférica de Teatro. Uma das palestrantes do TEDx Rio Piracicaba.

Alguns papéis como atriz: Maria Bonita, espetáculo “Mais Uma Vez Marias”, sob orientação do Luiz Fernando Marques, Lubi; Uma médica, no curta “Gira De Maria”, direção Gabriel Ávila; Uma dona de um bar, pequena participação num curta, direção Kit Menezes; Verônica, espetáculo “Paixão de Cristo”, Associação Cultural e Teatral Guarantã; Maria, mãe

de Jesus, espetáculo “Paixão de Cristo”, da Associação Cultural e Teatral Guarantã e a Senhora Martin, no espetáculo teatral “A Cantora Careca”, com direção de Carlos ABC.

5.1.2 Impactos da consciência de gênero e dos processos de subjetivação da identidade

A primeira temática que eu abordei nas entrevistas é a construção social de gênero. Ao questionar sobre as primeiras memórias de quando tomaram consciência do mesmo, as singularidades das vivências de cada entrevistada trouxeram à tona tópicos de discussões que se interseccionam diretamente ao assunto tratado.

Gabriela Naomi, mulher preta-trans-ativista compartilhou momentos de sua história onde identificou que era, em suas palavras, “diferente”. Tendo como primeiro cenário mencionado o seu núcleo familiar, hoje entende que a percepção de que era mulher vem desde criança, quando era questionada do por que ter interesses e comportamentos divergentes de seus irmãos provocando comparativos da família e conhecidos entre eles e ela. Diz que nunca se incomodou por ser uma criança diferente, mas não compreendia as situações discriminatórias que sofria. Relembra que na época não tinha referências positivas de pessoas trans, o que dificultou no autoconhecimento do seu gênero social e, destaca que por ser moradora de um bairro periférico de Limeira/SP, portanto, longe do centro, as informações que chegavam eram as veiculadas pelas grandes mídias de massa que retratavam pessoas lgbtqia+ de maneira estereotipada e pejorativa. Bem humorada, ela cita que era comparada com Vera Verão, por causa de sua personalidade extrovertida e, que apesar de hoje considerar uma grande honra ser comparada com a persona do ator e humorista brasileiro Jorge Lafond, na época era dito em tom de ofensa.

Na adolescência, relata uma situação em que sua mãe chega em casa e comenta sobre um vizinho gay, que era casado com outro homem, e o quanto ele era gente boa. Naomi destaca este momento como um em que presenciou uma pessoa lgbtqia+ ser vista de forma positiva e diz que isso a encorajou a contar para as suas amigas que era gay também (isto ocorreu anos antes da sua transição). O fato de ser a mãe a trazer esta referência positiva para Naomi, diz muito respeito à influência que o ambiente familiar tem sobre o nosso processo de construção de identidade e de auto aceitação, porém, até este período, a entrevistada aponta que não contou a sua orientação sexual para a família.

Entendendo que os núcleos sociais em que vivemos impactam nossas experiências de vida, afetando os processos de construção da subjetividade, revela-se uma necessidade de deslocar-se para novos espaços, a fim de descobrir novas possibilidades de vida. Ao entrar para a faculdade para cursar a graduação em Ciências Biológicas pela Unesp de Rio Claro/SP, Naomi se deparou com uma comunidade diversa, que ela descreve como uma grande parte vinda da Capital e de elite. Lá também encontrou muitas pessoas da comunidade lgbtqia + e, que apesar de não ter muitas pessoas trans, eram várias as experiências de gênero diversificadas, como meninos de cabelo comprido e maquiagem e meninas de cabeça raspada. Quando entrou na faculdade, também usava a cabeça raspada, mas ao ver o novo espaço que estava ocupando, passou a deixar os cabelos crescerem, assumindo “um black bem bonitão”, como ela mesma diz.

Ela menciona o ano de 2017 como o que se assumiu como uma mulher trans. A partir deste período, relata como sua experiência social de gênero se transformou. Comenta que era cobrada uma feminilidade dela e que por diversas vezes foi questionada sobre o por que de não pôr silicone. Ou, comentava-se que se não fosse pela sua voz grave, não daria para perceber que era transsexual. Diante disso, reforçamos a ideia de que a sociedade cis-normativa se guia por um padrão binário, esperando de todas as pessoas uma performance de gênero específica, ao cobrar uma aparência considerada feminina à mulher e uma aparência considerada masculina ao homem. Gabriela Naomi diz-se delicada, por trabalhar com artesanato, mas enfatiza que tem personalidade forte e que atender a esta expectativa binária de gênero não se encaixa com o seu estilo. Ela ressalta que assim como ela muitas mulheres negras (cis ou trans) têm voz grave, reagindo à cobrança de gênero, de precisar mudar seu corpo ou seu comportamento para ser validada como mulher.

Mayra Kristina de Camargo, ao responder sobre as primeiras memórias de quando se reconheceu mulher como gênero social, relata duas situações em períodos diferentes de sua vida, revelando que o descobrir-se mulher se dá em vários momentos da vida de uma pessoa. No seu caso, o primeiro foi na infância, quando não a deixaram ser noivinha da festa junina da escola: ela cita este momento como um dos muitos nãoos que recebeu ao longo da vida, pontuando o fato de ser uma mulher preta (não periférica naquela época). O outro, foi quando participou de um curso de Promotoras Legais Populares (PLP)²¹, ação de uma organização não governamental voltada para a formação de lideranças comunitárias em noções básicas sobre Direito, organização do Estado e do Poder Judiciário, direitos humanos das mulheres e

²¹Para mais informações consultar: <https://themis.org.br/fazemos/promotoras-legais-populares>.

outras temáticas, sempre correlatas às necessidades do bairro ou local onde estão inseridas. Como parte desta organização, já deu aula na finalização de um curso sobre violência doméstica e, com esta vivência passou a se dar conta das violências que sofreu e não sabia, se indagando “Eu sou esta mulher que sofre essa violência?”.

Sobre este seu relato, ficou nítido a percepção do recorte de raça. Ao falar sobre isso, ela comenta ser difícil para ela identificar com exatidão qual consciência veio primeiro, se é a consciência de gênero ou a de raça. Confabulando sobre o assunto, Mayra traz o relato de quando tinha treze anos e se interessou pelo vôlei. Começou a praticar o esporte na escola, e depois foi para o time XV de Piracicaba no Ginásio Municipal de Esportes “Waldemar Blatkauskas”, onde foi descoberta por um olheiro, passando a treinar no Clube de Campo de Piracicaba. Conta que teve um dia que não a deixaram entrar no Clube, dizendo que a entrada de empregadas era pela outra porta. Este acontecimento foi muito marcante (e nas suas reverberações sobre esta memória, ela remonta à sua mãe, que trabalhava como empregada doméstica, e que ela mesma começou nesta função aos dez anos). Ela relata que no dia do evento de racismo de que foi vítima, estava de joelheira. Escutando que uma empregada doméstica deveria entrar pela outra porta, mesmo sabendo que o Clube de Campo seria uma porta de entrada para tornar-se jogadora profissional de vôlei, ela começou a chorar. Foi embora e nunca mais voltou. Mayra conta que são a partir de histórias assim que começou a sua militância. Quando indaguei sobre a noção de raça vir antes da de gênero, a partir do seu relato, ela chegou a conclusão que sim, que a raça de uma pessoa vem antes do seu gênero.

Após este relato tão duro, que Mayra teve grande generosidade em compartilhar, eu a questioneei sobre suas primeiras vivências com a noção de empoderamento. Ela respondeu que as mulheres pretas retintas de sua geração (ela tem quarenta e oito anos de idade) não estão próximas deste lugar, que ela definiu como um lugar de luta. Destacou que as mulheres mais jovens estão muito mais próximas destes assuntos.

Por meio disto, pudemos perceber o marco geracional nas pautas de relevância social; sendo que as lutas das mulheres apenas nas últimas décadas passaram a ter destaque nos meios de comunicação nacionais. Ponderando sobre este apontamento, a entrevistada conta ter sido sempre uma pessoa que gostava de se atirar em tudo, que era curiosa, gostava de participar e aprender. Ficou subentendido que sua noção particular de ser empoderada seria ocupar todos os espaços que nutria algum interesse. Por exemplo, conta que aos treze anos se descobriu rapper. Costumava frequentar bailes *black*, as rodas de samba e os shows de rap, e quando começou a trabalhar como rapper, aos dezoito ou dezenove anos, via pouquíssimas

mulheres neste cenário, e a maioria fazia só *backing vocal*. Ela rememora um momento específico, quando estava se preparando para uma apresentação em um local com outros homens rappers, e todos eles puderam passar o som antes, menos ela. Esta sua experiência, apesar de apontar para uma situação de machismo, também enfatiza a sua disponibilidade e resistência em ocupar um espaço dominado por homens.

Karine Silva Faleiros, a princípio, relaciona a construção da sua identidade de gênero com o ambiente natural, a natureza. Segundo ela, passou sua primeira infância em uma cidade chamada Ilha Solteira, morando em um local cercado por árvores, onde podia correr e brincar livremente. Karine é uma mulher interiora por excelência, e assume o “ser caipira” como identidade e lugar de pertencimento. Relata que nasceu num ambiente familiar, de raízes caipiras e ligado à roça. Não por acaso, sua profissão é ligada ao meio ambiente, sendo hoje engenheira florestal. Depois de passar a primeira infância cercada pela natureza, aos seis anos de idade mudou-se para São Paulo, capital, o que representou uma cisão em sua vida, já que ela nunca deixou sua ligação com a terra para trás. Ela diz que morar na capital contribuiu para a ampliação do seu repertório sobre arte e cultura e no amadurecimento dos seus objetivos de vida. Mas, na primeira oportunidade, voltou para o interior, se mudando para Piracicaba. Por conseguinte, vendo que a “terra da pamonha” não era suficiente para suprir sua necessidade de estar ligada à natureza, mudou-se para São Pedro, onde vive em um sítio com a sua família.

Pude ver que não ficou muito nítido o sentido da pergunta para a entrevistada. Quando comentei que a partir da questão que eu trazia, esperava-se refletir sobre as diferentes práticas da mulheridade, ela teve um *insight*. Então, narrou que desde criança percebeu que não era uma mulher convencional, como o esperado pela sociedade. Mencionando ser uma mulher lésbica em uma relação homoafetiva com três filhos, disse que se foi percebendo mulher na tensão de não querer ser limitada no “ser menina”, que brincava de casinha e boneca, sendo que tinham tantas possibilidades de brincadeiras. Trazendo como exemplo desta vontade de transitar em outros universos não convencionais, ela menciona a música. Karine conta que sua relação com a música veio desde criança, pois sua família é muito musical e lhe permitiu o acesso a vários instrumentos e o contato com a música sertaneja, a mpb e o samba. Conclui que foram estes contrastes, das mudanças de cidades em ligação com um imaginário da infância, que formaram sua identidade.

5.1.3 Qual é a questão? Contradições do movimento feminista e do ser mulher no território escolhido

Cada entrevistada trouxe contribuições muito pertinentes sobre o feminismo em relação com os seus territórios. Desta forma, serão suas narrativas que guiarão o percurso escrito, onde o que elas entendem por movimento feminista e suas contribuições e contradições na sociedade serão ponto de partida para apresentarmos um olhar crítico perante estas questões.

Gabriela Naomi, ao ser questionada sobre ser feminista, respondeu imediatamente que sim, citando ser adepta dos movimentos do feminismo negro e do transfeminismo. São sobre estas duas vertentes que a entrevistada trouxe sua reflexão, que intersecciona gênero, raça e classe.

A entrevistada começou sua narrativa compartilhando algumas lembranças sobre quando passou a se dar conta da importância das lutas feministas. Durante sua adolescência, em conversas com amigas, levantava questões a respeito do fato de elas trabalharem durante o dia e estudarem à noite, precisando conciliar estas atividades com os serviços domésticos em casa (função direcionada apenas para as mulheres). Juntas, traziam à tona o quanto isso era injusto.

Após sua transição, ocorrida em 2017, quando já estava cursando a faculdade, relatou alguns momentos em que foi vítima de sexismo. Então, notou uma dificuldade maior para encontrar emprego, o que era muito mais fácil quando era lida socialmente como homem em relação a quando passou a ser lida socialmente como mulher. Quando passou a ser vista como mulher, ela diz, a mudança de comportamento dos outros foi nítida: passou a sofrer assédio quando trabalhava de garçonne e a ser tocada, tendo seu espaço atravessado sem o seu consentimento. Ela lembra que na época que fazia parte de um grupo de pesquisa da Unesp de Rio Claro, quando dava palestras sobre gênero e sexualidade, e era vista como do gênero masculino, era considerada inteligente e sagaz. Mas, quando transicionou, ao falar dos mesmos assuntos, era vista como chata e “palestrinha”: saiu muito rápido de um posto de líder para o posto de mandona.

Gabriela Naomi atribui a causa de situações como estas às expectativas de gênero, que as pessoas carregam sobre outras. Partindo disso, menciona que as pessoas esperavam que ela fosse mais delicada e frágil, e o fato de ser uma pessoa que tem opinião e é decidida frustra as pessoas que exigem que ela tenha uma vulnerabilidade que não combina com sua personalidade. Para lidar com estas situações, ela buscou o empoderamento através de muita leitura e estudo. Por isso, diz que tem como ideal empoderar outras mulheres pretas e trans.

Sobre suas vivências no espectro da raça, conta que veio de uma família de pessoas negras, descrevendo sua mãe como mulher de pele bem clara, mas com nariz e a boca no mesmo formato que o seu e cabelos crespos, como o seu também. Seu pai, descreve como de pele negra, mais escura que a da sua mãe, e cabelos cacheados. Naomi relembra algumas falas de sua mãe, dizendo que ela não era negra, mas morena porque pegava muito sol. Diz que cortava o cabelo para abaixar o volume a mando de sua mãe, e por causa disso, por muito tempo usou seu cabelo raspado.

No bairro onde morava, na periferia de Limeira, recorda que a maioria das pessoas eram negras, e que teve um choque quando começou a frequentar a universidade. Ela conta que era uma das poucas pessoas negras na sala e ao sair no corredor, eram menos pessoas negras ainda. Ao experienciar isto, passou a se fazer vários questionamentos para entender que lugar era aquele que estava frequentando e que desconforto era aquele que sentia. Em paralelo a isso, cita que passou a ser cobrada dentro da faculdade para falar sobre suas vivências como pessoa preta. Foi a partir disso que passou a buscar leituras e estudar sobre o assunto. Quando se assumiu como mulher trans, passou a dar palestras sobre transição de gênero.

Neste trânsito, entre entender as reverberações de ser uma mulher, preta e trans, compreende ser a camada de raça a que se sobressai às outras. A percepção de ser trans vem logo em seguida e, por último, a camada de gênero. A partir disto, ela endossa sua visão, que ao chegar nos espaços as pessoas a vêem primeiramente como uma pessoa preta, e que gosta disso: gosta que vejam o formato do seu nariz, seus cabelos, seu turbante e a forma como se veste, pois tem muito orgulho disso. Conta que no começo de sua transição, a sua voz era mais grave, o que a deixava muito desconfortável e foi uma mulher negra que lhe falou: “Você está ouvindo a minha voz? Eu sou uma mulher cis e tenho este vozeirão. Então pensa na cantora Iza, na cantora Alcione”²². Com esta memória, ela aponta que o acolhimento vem de pessoas com as mesmas vivências; daí o feminismo negro vir antes do transfeminismo para ela, pois passou a se sentir mais acolhida e próxima de feministas negras cisgêneras do que de transfeministas brancas.

Esta fala de Gabriela Naomi me suscitou a curiosidade para entender sobre o por que do feminismo negro prevalecer sobre o transfeminismo na sua experiência. Perguntada sobre isso, ela relata que a experiência de sofrer racismo é tão cruel, agindo em camadas tão profundas, que as pessoas negras se reconhecem de imediato neste lugar. Por isso, se forma um aquilombamento. Já sobre a transsexualidade, ela enxerga uma influência maior do recorte

²²Comentário de Gabriela Naomi em entrevista via Google Meet.

de classe, o que acontece, segundo ela, porque a sociedade exige passabilidade das mulheres trans, ou seja, que as mesmas atendam a uma expectativa de performance de gênero cisnormativa. Nisto, mulheres trans, a maioria brancas, que têm dinheiro para procedimentos de adequação de gênero e o fazem, sofrem menos discriminação que as mulheres trans pobres, de maioria negra, que não tem condições financeiras para isso. Sobre este fato, ela aponta que o Sistema Único de Saúde (SUS) tem atendimento público destinado às pessoas trans, mas que ainda os serviços são muito reduzidos. Exemplifica citando que tanto a cidade de Limeira quanto Rio Claro não tem ambulatório trans para atender a população.

Gabriela enfatiza que na sua experiência, por conta dessa diferenciação de classe, o acolhimento, o afeto e o compartilhamento vêm de pessoas negras e não trans. Por fim, reflete que seu encontro com sua identidade trans foi mais "acadêmica", porque foi lendo artigos e participando de rodas de conversa da universidade que ela passou a ter contato com o assunto (o que entende ser um contato muito elitista). Como reflexo ainda, sente que seu modo de falar - seu linguajar e seu traquejo - fazem dela uma pessoa estranha em algumas situações com outras pessoas trans.

Levando em consideração seu relato, podemos observar que o fato de Gabriela Naomi não ter tido contato com pessoas trans desde cedo resultou em um distanciamento para com a comunidade trans. Tendo uma cidade pequena como cenário, o acesso a estas questões foi mais escasso. Atentamos ao fato de que o ingresso e a permanência de pessoas trans nas universidades continua reduzido, fazendo com que a presença delas seja pouca ou nula em muitas instituições de ensino, representando uma carência de políticas públicas para esta população. Ainda assim, a universidade foi uma abertura à emancipação da entrevistada.

A partir da visão da experiência e percepção de Mayra Kristina sobre feminismo e território, vamos conhecer três espaços culturais de Piracicaba que fazem parte da trajetória da entrevistada como artista e líder comunitária. E, além disso, será destacado a experiência dela com o feminismo evidenciando uma relação intrínseca com a branquitude.

A Sociedade Beneficente 13 de Maio de Piracicaba²³ foi fundada em 1901 e recebeu este nome por conta da abolição da escravidão. O espaço foi, inicialmente, nomeado como Sociedade Beneficente Antônio Bento, em homenagem ao chefe abolicionista, mas a escolha do nome recebeu críticas de famílias abastadas que prestavam ajuda financeira ao Clube e que consideravam Antonio Bento radical.

²³ Para mais informações sobre a história do espaço, consultar: <https://www.geledes.org.br/respeitabilidade-tambem-e-de-luta-uma-historia-da-sociedade-beneficente-13-de-maio-de-piracicaba/>. Acesso em: 01/12/2023.

Este foi o primeiro Clube Social destinado às pessoas pretas do Brasil. Entre as ações do espaço estavam festejos em comemoração à aprovação da Lei Áurea e atividades de ajuda, como proporcionar apoio funerário e de saúde à população negra. Hoje em dia, é considerado um quilombo urbano, um espaço de resistência da comunidade negra. Mayra conta que costumava frequentar o espaço quando era mais nova para assistir apresentações de rap. Como na época lançamentos de músicas novas não chegavam no interior, eram feitas projeções no 13 de Maio para mostrar as novidades que estavam acontecendo fora da cidade. Era um lugar de encontro, onde ela ia para curtir samba, batuque de umbigada e shows de rap.

Fotografia 11: Sociedade Beneficente 13 de Maio de Piracicaba



Fachada da sede da Sociedade Beneficente 13 de Maio. Foto Silvia Lara, 2016. Acervo do projeto “As Cores da Cidadania: os clubes negros do estado de São Paulo (1897-1952)”. Disponível em <https://www.expo.ifch.unicamp.br/portal/SB13/52>.

Mayra cresceu no Bairro da Vila Independência, na Rua Samuel Neves, que ficava próxima a Vila África. O bairro recebeu esse nome por morarem muitas pessoas negras no local, sendo falado num sentido pejorativo. Mas, hoje é considerado um símbolo de resistência para a comunidade negra. Outro espaço de resistência é a Associação Comunitária, Cultural, Educacional e Política Casa do Hip Hop de Piracicaba. Sobre ele, a entrevistada, que é voluntária e diretora do espaço, conta que jovens da cena rap se organizaram e foram para uma conferência pedir um espaço, um antigo Centro Comunitário, que estava muito abandonado e com tudo quebrado. Então, eles se organizaram em uma chapa para conseguir o

acesso ao local. No entanto, relata que houve disputas pelo espaço, quando um grupo de pessoas, que eram contra os jovens, foi até de ônibus na conferência para votar contra os mesmos, apenas para que o pessoal do rap não ganhasse, e no fim, a chapa dos opositores ganhou. Porém, estas pessoas não fizeram nada com o espaço, o mantendo abandonado, e o centro comunitário foi, então, ocupado pelos jovens. Hoje, o espaço tem mais de vinte anos e desenvolve trabalhos voltados à juventude e à transformação social, por meio de atividades culturais, educativas, esportivas e recreativas para crianças, adolescentes e jovens.²⁴

Fotografia 12: Associação Comunitária, Cultural, Educacional e Política Casa do Hip Hop de Piracicaba



Arquivo Casa do Hip Hop, sem data. Disponível em:
<https://www.casadohiphop.com.br/c%C3%B3pia-quem-somos>

O terceiro lugar é mais um quilombo urbano, o Barranco Cultural, localizado no Bairro Santa Fé, periferia de Piracicaba. Ao pesquisar nas redes sociais, o *slogan* do Barranco Cultural é: “Uma comunidade que ocupou a rua para se ocupar de cultura, periferia tem voz, periferia tem vez”. Ele se localiza no fim da rua onde Mayra mora e é, literalmente, um barranco, sem acesso a banheiro ou água, como a entrevistada aponta. Ela conta que a motivação da criação do Barranco Cultural foi sua filha Lindwyuê, que sentia falta da

²⁴ Para mais informações sobre o espaço, consultar: <https://www.casadohiphop.com.br>. Acesso em: 02/12/2023.

movimentação cultural do Centro, onde moravam anteriormente. Mayra diz que o Bairro Santa Fé não é muito distante do Centro, mas é distante em políticas públicas. Desta forma, foi feita uma festa no final desta rua, onde uma batuqueira chamada Priscila Ferreira trouxe uma ciranda indígena e negra. Mayra conta que já fazem cerca de doze anos que ocorrem movimentos culturais no final da sua rua, como o Cine Barranco e o Barranco de Histórias. O novo quilombo já teve grandes presenças, como Lucas Afonso, *slammer* que já representou o Brasil fora do país em campeonatos, a deputada Érika Malunguinho e o cantor Emicida que participou do Festival dos Batusques Paulista.

Fotografia 13: Barranco Cultural



Fonte: Foto Mayra Kristina, 2022. Acervo da página do instagram do Barranco Cultural. Disponível em: https://www.instagram.com/barranco_cultural/

Mayra fala sobre a importância destes espaços na periferia para a descentralização dos movimentos culturais. Diz que aos finais de semana e às noites, diminuem os horários de ônibus, limitando o acesso da população das regiões periféricas ao lazer, justamente nesses períodos em que as pessoas estão com tempo livre e ocorrem a maior parte das festas, peças de teatro, exposições, etc. Este fato reforça a carência de políticas públicas na cidade e, como Mayra comenta, não se pode acusar a população pobre e periférica de não se interessar por cultura se a mesma não tem acesso a ela.

A partir dos relatos sobre esses espaços que Mayra ocupa, posso dizer com propriedade que a artista tem uma grande capacidade de produzir territórios e, desta forma, possibilitar novos quadros de vida para sua comunidade. Ela finaliza contando que o Barranco Cultural cuida da saúde mental da população e defende que a cultura previne doenças mentais. Em suas palavras:

As pessoas falam “Já trabalhei o dia inteiro, vou ver uma peça de teatro lá” ou “Onde meu filho está? Está com a galera do Barranco Cultural ou na Casa do Hip Hop”. Saber onde o filho está, em especial para uma mãe preta e periférica, é motivo de grande alívio. (KRISTINA, 2023, sem paginação)²⁵

Conversei com Mayra sobre suas percepções sobre o feminismo. Apesar de ela ser uma líder comunitária muito proativa e caracterizada por muitos que têm contato com a sua história como ativista e de fazer trabalhos em prol dos Direitos das Mulheres (vide seu trabalho como PLP), ela se consideraria feminista?

A entrevistada compartilhou seu ponto de vista, comentando que esta coisa - como ela mesma diz - de "militância", foi uma nomenclatura que terceiros atribuíram a ela. Conta que um dia chegaram e falaram: “Mayra, você é militante! Você é ativista!”. Ela afirma que nunca foi feliz em ser ativista ou militante, porque enquanto ela precisar ser, é porque tem gente morrendo ou passando fome. Cita que, por diversas vezes, teve que deixar seus filhos em casa para ir lutar, ir para Brasília e a outros lugares, quando podia estar apenas em casa fazendo arte. Diz que um dia também a nomearam feminista. Após algumas breves ponderações, afirma que se consideraria uma feminista negra, já que o feminismo tem esta vertente.

Nesse momento, notei um tom de incerteza na fala de Mayra, e comentei que o feminismo é um movimento muito amplo e que pode apresentar diversas contradições, dependendo da pessoa que assume o discurso que nomeia como feminista. Ela concordou enfaticamente que sim, o movimento feminista pode ser muito contraditório.

Desenvolvendo o assunto, ela conta que foram mulheres brancas que a nomearam como feminista, e que muitas delas já demonstraram vontade de conversar com as mulheres da periferia. Muitas destas feministas eram estudantes de faculdades da região e a entrevistada conta que falava para as mesmas que elas deveriam mudar a maneira como se apresentavam. Mayra narra que feministas brancas e acadêmicas costumam se apresentar em uma roda desfilando seus títulos e feitos importantes, dizendo algo como “Eu já fiz isso ou aquilo...”.

²⁵ Entrevista pessoal a Bianca Oliveira, 2023.

Daí, quando chega na vez daquela mulher periférica, preta ou branca, lhe restaria apenas falar que é empregada doméstica, sem o que mais.

Por meio deste relato, a entrevistada expõe de uma forma muito nítida o abismo social que alguns espaços têm entre eles. É o caso, por exemplo, das universidades e periferias. Tal distância é alimentada por um pensamento da branquitude (onde eu me encaixo, por ser branca e universitária, porém, sendo contrária ao racismo). Como as feministas podem não apropriar-se das pautas de relevância social, nem se colocarem na posição da pessoa que é responsável por levar um conhecimento precioso que abrirá as mentes daquelas menos favorecidas? Com isso, Mayra sugere que as feministas brancas, ao se apresentarem, digam apenas os seus nomes e, talvez, algo mais pessoal. Desta forma, todas na roda se sentirão convidadas a falar também.

Ela conta que, em sua experiência, costuma ser ouvida pelas feministas brancas por conta de seu histórico de luta, que é conhecido na cidade. Mas que as mesmas não ouvem a Mariazinha ou a Sandra, por exemplo, que moram na comunidade. Também relata que se fala muito em sororidade, mas afirma que já ficou cuidando do filho da vizinha dela e nunca disse algo como “Deixe seu filho aqui para que você possa estar em outro lugar”. Diz que sua fala nesta situação era mais parecida com algo do tipo “Ah, deixe o Mateus aqui, para ele ver um filme com meus filhos”. Com este exemplo, pontua que por não falar o nome da ação dita feminista, ela também não traz um peso, que levaria aquela mãe a falar “Nossa, ela vai ter que ficar com o meu filho...”. Ao contrário, a ajuda soa como “Que legal! O meu filho vai passar um tempo com eles brincando.” A partir disso, ela defende que, outras mulheres periféricas já faz este “trampo feminista” há muito tempo e só depois vieram estas nomenclaturas, dominadas pela branquitude.

Continuando, ela expõe sobre a prática da ação solidária, que sempre foi feita nas igrejas. Comenta que a sua vizinha, exposta na situação relatada anteriormente, é ou era evangélica. Discorrendo sobre o assunto ainda, ela lembra que foi no Movimento das Mulheres Pretas, em Salvador, onde - dentre as muitas palestras que assistiu - a palestra que mais tocou foi de uma mulher, preta, feminista e evangélica. Com isso, cita a existência de dados sobre mulheres evangélicas que afirmam serem elas as que mais sofrem violência doméstica e, sobre isso, menciona que a solução não seria tirar as mulheres de dentro da igreja, mas fazer a revolução lá.

Este discurso trazido por Mayra revela uma grande carência do feminismo como movimento de luta organizado: aprender novos modos de abordagem, para levar suas pautas e

práticas mais amplamente, com o objetivo de beneficiar todas as mulheres. Quais as nossas referências como mulheres feministas? De onde vem o conhecimento que vai basear nossas ações afirmativas? Talvez, possamos nos inspirar mais nas mulheres que fazem do que nas que dominam teorias mais distantes da prática (porque existe pensamento também nas ações diretas). E as que fazem e pensam a partir da sua prática não estão, em sua maioria, nas universidades, mas nas comunidades periféricas.

Considerando que muitas mulheres não se sentem pertencentes ao movimento feminista, Karine Faleiros da Silva apresenta sua compreensão sobre o assunto. Ao ser perguntada se ela se entende como feminista, responde que é muito feminista. Fala que sempre esteve nesta luta e comenta que a ligação com a arte e com a música sempre exigiram que ela se colocasse mais livremente nas mais diversas situações. Para ela, ser feminista é movimentar-se, estar em uma luta que tem uma parte que é mais individual e outra que é mais coletiva. Conta que, conforme foi tomando consciência política, percebeu que ser feminista é um engajamento político, também.

Ao lembrar sobre quando se tornou feminista, remonta esta descoberta aos primeiros anos de faculdade, onde passou a ter contato com o assunto. Hoje em dia, menciona que faz parte de duas lutas que se interseccionam, que é da mulher e da mulher lésbica. Sobre isso, narra que tem uma companheira e filhos, que moram em uma comunidade de amigos com outras quatro famílias hétero-normativas. Critica que, por conta de vivermos em uma sociedade patriarcal e heteronormativa, esta estrutura afeta o comportamento dos núcleos familiares. Observa nas famílias vizinhas papéis sociais de gênero muito bem definidos, onde a mulher desempenha funções "de mulher" e os homens, funções "de homem". Atribui a essa rigidez um estranhamento que percebe das pessoas em relação a família dela: estas funções marcadas pelo gênero circulam entre elas, como pegar em uma roçadeira, lavar a louça, cuidar dos filhos, plantar, levar o carro para consertar e promover uma vivência com instrumentos.

Neste último assunto, me chamou atenção o fato dela ter atribuído o tocar violão (ela mesma toca o instrumento desde os cinco anos de idade) a uma tarefa em que homens se sentem mais à vontade. Então, pedi que ela falasse mais a esse respeito. Karine relatou que, geralmente, se sente confortável tocando violão nos ambientes que frequenta. Porém, nota um tensionamento por conta de uma predominância masculina nas rodas de viola e de samba. Na maioria das vezes, ela diz ser respeitada, mas já teve que se posicionar em algumas ocasiões, explicitando para o grupo que ela também tocava ou que era a sua vez de tocar.

Considerando também sua afirmativa como feminista, pedi que comentasse sobre como percebe o feminismo em São Pedro, a "cidade do bordado". Karine lembrou que no passado as pessoas tinham resistências com o termo e que São Pedro ainda está neste ponto. Comenta que a cidade é muito conservadora, o que dificulta a adesão das pessoas. Menciona Piracicaba como sendo uma cidade com este mesmo traço, mas com polos de inovação mais progressistas e um movimento de cultura efervescente - o que exemplifica, citando a cultura tradicional negra, que é muito forte por lá, e o movimento de cultura urbana, como o hip hop. São Pedro, acrescenta, tem nichos ainda menores. Ela finaliza dizendo que, na sua família, a expressão é feminista, chamando atenção para o fato de serem duas mulheres e filhos: são uma família não convencional, vivendo em uma cidade pequena.

6 O que pode a arte teatral na cena expandida? Políticas de identidade no fazer artístico

A escolha de trabalhar com a ideia de teatro na cena expandida tem o objetivo de relacionar os assuntos abordados nesta pesquisa com a arte teatral.

Nos estudos sobre o teatro como campo expandido, explora-se a noção do teatro como uma arte ampla, em que os limites de uma manifestação teatral tradicional podem ser desconstruídos, dando lugar a novas possibilidades de se pensar a encenação. Como aponta Silvia Fernandes e Marta Isaacsson, na cena teatral contemporânea esta concepção não é nova:

O fenômeno não é novo. Desde as vanguardas históricas do princípio do século vinte o lugar de ocorrência do teatro e o conceito que lhe dá visibilidade sofreram profundas alterações. Mas sem dúvida o deslocamento mais radical manifestou-se a partir dos anos 1960, quando artistas vindos preferencialmente das artes visuais e da música, como Alan Kaprow, Joseph Beuys ou John Cage, criam gêneros teatrais híbridos como o happening e a performance. (FERNANDES; ISAACSON, 2016, p. 1)

Trago uma perspectiva que pretende aproximar o teatro da noção de território, a fim de ampliar a noção de teatralidade como um dispositivo que pode se interseccionar a todas as expressões artísticas. Considero o teatro como um território que pode ser explorado, escavado, descoberto, redescoberto e ocupado. Mas, um território físico não existe sem um espaço geográfico; é esta uma relação dialética entre a atualidade e os processos históricos. A mesma dinâmica se dá com a arte teatral, que também acontece de forma híbrida e é afetada pelo contexto histórico onde está inserida. O Teatro como manifestação cultural faz parte dos processos sociais que compõem e constroem a territorialidade do espaço, logo, se ele tem o potencial de apresentar diversas interpretações da realidade, também pode carregar em seu cerne a capacidade de transformar a vida das pessoas.

Ainda, podemos entender a relação teatro-teatralidade pelo mesmo viés da relação território-territorialidade. Nesta perspectiva, o que chamamos de teatralidade é uma derivação de teatro, que pode ser analisada como um processo de relações sociais (fazer artístico e público) que deixam uma inscrição no território de atuação. Ou, vemos o ato de teatralizar o espaço (de apresentação) como um processo que constrói interpretações de realidade que, por sua vez, constroem a ação teatral. Exemplificando sobre as diversas situações que podem ser

analisadas do ponto de vista da teatralidade, destaco uma ideia trazida pela professora-pesquisadora mexicana Ileana Diéguez Caballero:

Desde então meu olhar apontou para territórios cênicos, mas não precisamente teatrais e inclusive não estritamente artísticos, portanto, não considerados pela estética tradicional. Meu campo de interesses se centrou em práticas e gestos que expõem na esfera pública desejos coletivos, construindo outras formas de politicidade. Práticas estas que podem vir desde as manifestações cidadãs e os protestos sociais, e que ainda que não tenham um fim artístico, produzem uma linguagem que prende a percepção e suscita olhares desde o pensamento crítico. Ou práticas desenvolvidas em contextos artísticos que transcendem pelo seu potencial político revulsivo. (CABALLERO, 2016, p. 51)

Com este pensamento, reforçamos a ideia de que o campo expandido do teatro pode ser a forma por onde as mais diversas manifestações artísticas ou não artísticas circulam.

Neste exercício de expandir territorialmente os limites do teatro, entendemos o mesmo, a partir destes estudo do teatro como campo expandido, como um componente estruturante que por meio da produção de teatralidades está inserida em todas as relações humanas, artísticas ou não. Em muitas das minhas aulas de teatro, eu era incentivada a brincar, a ser-brincante, investigar as possibilidades da atuação ao desbravar o território cênico. Nisto, quis brincar de procurar teatralidades nas mais diversas situações:

Um grupo de rappers que batalham em uma roda não estariam fazendo teatro? Tem duas pessoas em diálogo, em um jogo dinâmico de troca de falas, estabelecendo um conflito cênico poderoso através do embate de ideias.

Uma pessoa sendo entrevistada para uma vaga de emprego, não estaria fazendo teatro? Ela está de frente para a pessoa que trabalha nos Recursos humanos da empresa, pensando conscientemente em cada fala sua, nas suas expressões e estando atenta a sua linguagem comportamental a fim de aparentar autoconfiança. Não seria esta consciência corporal e domínio das emoções tão treinadas por atores e atrizes?

Uma manifestação de um movimento de luta, que pensam previamente nas cores, nos símbolos, na coerência dos discursos que deverão ser apresentados em cartazes e nas vozes de protesto em uníssono, não seria uma encenação teatral?

O teatro e suas teatralidades em expansão podem ser uma ferramenta política e pedagógica, que tem o poder de possibilitar novas realidades, basta expandir o seu território. Uma criança negra da periferia que viu uma apresentação de teatro, ou dança ou música e descobriu a possibilidade de ser artista, um muro foi quebrado; a criança trans que viu uma artista, também trans, performando em cima de um palco com todo o glamour que a sua

potencialidade artística permitia, atravessou uma fronteira da sua própria existência; a criança que mais tarde vai se descobrir lgbtqi+ e vê em filmes e novelas que o significado de família transcende em como se dá a sua composição, sendo que a família tradicional hétero-normativa é tida como padrão, rompeu uma barreira.

Eu concludo disto, que como seres humanos precisamos romper barreiras para nos tornamos pessoas melhores para um mundo melhor, logo o teatro também.

7 Considerações finais - Mulher, artista e feminista: o alcance do pensar, do conversar e do fazer

Ao longo da construção da pesquisa, brinquei com a perspectiva de que nossas histórias pessoais estão ligadas a uma identidade coletiva (e um contexto histórico, político e social amplos). Foi nesse movimento, do olhar-micro para o olhar-macro e vice-versa, que o percurso escrito se desenvolveu. Primeiro eu vivenciei, depois eu rememorei e da investigação e olhar analítico sobre estas memórias, os assuntos que se relacionam com território, feminismo e gênero foram surgindo.

Na revisitação de vivências pessoais, traços da minha identidade foram se revelando, em paralelo com a territorialidade da cidade interiorana de origem; e foi nesta relação dialética que a co-identificação com o adjetivo *caipira* surgiu. Esta determinação se sustentou pelas características comuns a muitas pequenas cidades, como a proximidade entre a vizinhança e a onipresença da cultura religiosa, em especial, a cristã e evangelizadora; assim como à ideia pré-estabelecida de como se espera que uma pessoa do interior se pareça ou se comporte, como o sotaque com o R puxado, ou uma timidez exacerbada - vide a expressão “bicho do mato”, tão comumente usada. Estes traços se apresentaram como uma identidade coletiva, que é fortalecida pelo imaginário popular e pelas formas de aculturação a que estamos submetidas e submetidos desde a mais tenra infância. Entretanto, apesar dessas similaridades, quando se fala em construção identitária e em formas de educação e modos de subjetivação, entendemos que tais processos se dão de forma heterogênea e não-estranque e que, portanto, cada pessoa traça uma trajetória única. Diante disso, afirmo que foram as singularidades da minha experiência e das pessoas aqui entrevistadas que fizeram o escopo deste trabalho.

A partir dos relatos escritos e memórias pessoais, em contraste e choque com as leituras da bibliografia, foram se desvendando pistas que apontaram para a construção da minha branquitude e da minha cisgeneridade, logo na infância. Também a relação com as religiões de matrizes africanas e as opiniões emitidas sobre elas que ouvi, mesmo ainda criança, confirma o que se discute sobre a construção do racismo em nossa sociedade, conforme descrito no relato “Pertencer para estranhar ou estranhar para pertencer?”. Em consonância a isso, se tornou um dos interesses desta pesquisa desvelar esta e outras opressões, que existem a nível estrutural, mas operam como se fossem valores pessoais. Seguindo este pensamento, conforme fui escrevendo meus relatos pessoais, alguns como escrita poética, épica-narrativa ou dramatúrgica, pude perceber que o caráter profundo da

expressão da violência em nossa sociedade se destacava, fossem o racismo estrutural, a imposição de uma performance de gênero cis-normativa ou a violência patriarcal.

Com isso, vi que o fator estruturante dos sistemas de opressão vigentes na nossa sociedade é encarado, ainda, como algo abstrato e difícil de assimilar; diz-se que não existe; ou que já foi superado. Na realidade política e social atual, que tem ainda um grande atraso em muitas discussões de relevância social, o exercício de atrelar fatos concretos às violências estruturais é uma ação que, apesar de ser realizada por muitos movimentos de luta, ainda precisa ter um espaço maior nas lutas organizadas e, sobretudo, nas percepções que temos de nossa própria existência e de nossos e nossas contemporâneos/as.

Em paralelo a estas conclusões, os conceitos de território, territorialidade e espaço geográfico agregaram a proposta de explorar os limites físicos (geográficos), culturais (antropologia) e artísticos (artes cênicas) das discussões atreladas ao feminismo, à construção da nossa identidade de gênero e papéis sociais e ao teatro em campo expandido.

O material colhido das entrevistas com Gabriela, Mayra e Karine trouxeram contribuições valiosíssimas para isso. Ainda, buscando um paralelo com o feminismo decolonial, foi nos relatos trazidos pelas entrevistadas que ampliei minha visão sobre feminismos em relação aos territórios próprios dessas mulheres. Para isso, os estudos sobre decolonialidade, a partir das leituras de Aníbal Quijano, trouxeram a perspectiva da colonialidade de poder como um sistema de opressão global que situa as problemáticas apresentadas nos relatos, meus e das entrevistadas, num contexto mais amplo, ao se pensar na relação global Norte-Sul. Afinal, as situações abordadas, tais como o racismo, a transfobia e a construção da sociedade branca, hétera e cisnormativa presentes nos relatos, estão estruturadas em um padrão colonial.

Sobre os territórios, foi constatado que as cidades pequenas (com enfoque nos bairros periféricos mais empobrecidos) têm enorme carência de políticas públicas - como acesso ao transporte público (em especial, durante a noite e aos finais de semana), ou aos ambulatorios especializados para pessoas trans. Isso, sem deixar de lado o acesso à educação, à cultura, à saúde e à segurança, que também são sub oferecidos. Estas carências afetam drasticamente a qualidade de vida das pessoas. E para além disso, o pensamento ainda muito conservador, vindos da cultura cristã e patriarcal, é o componente estruturante que viabiliza a construção dos preconceitos enraizados de uma sociedade opressora.

Entender como os territórios geográficos são formados, e retomando as ideias de Milton Santos, podemos repensar a organização dos objetos no espaço, a fim de criar novos quadros

de vida. Esta é uma ideia que pode dialogar diretamente com uma prática decolonial. Esta não seria, enfim, uma noção de decolonização dos espaços geográficos?

Do ponto de vista da construção cultural do indivíduo, considera-se que são as nossas conexões afetivas que territorializam o espaço, ou seja, a forma como nos relacionamos com ele. Nossas memórias são inscrições culturais e, portanto, produtoras de território. Tendo isto em vista, as memórias de comunidades e pessoas que foram marginalizadas pela história deveriam ser territorializadas. Território é ocupação e espaço de poder, por isso, estas memórias serem elevadas a uma posição de poder no imaginário cultural coletivo é uma urgência.

Nas artes cênicas, o teatro é proposto como território a ser desbravado e, desta forma, tido como um meio de, além de criar novas interpretações de realidade, ser também ferramenta de confronto.

Acerca do feminismo, relembro três pontos de destaque, em diálogo com os pensamentos trazidos pelas entrevistadas.

O primeiro, sobre as ponderações de Gabriela a respeito do feminismo negro e o transfeminismo. A partir do seu relato, observei que a falta de pessoas trans nas universidades é um retrato da sociedade, onde pessoas do segmento T são altamente marginalizadas. Assim, o fato de a entrevistada ter acesso a pautas de identidade de gênero apenas na faculdade, e não através do convívio social com outras pessoas trans durante a sua infância e adolescência, é um aspecto alarmante, que chama atenção para a transfobia estrutural.

Nas falas de Mayra, ficou nítida a falta de aproximação e diálogo de feministas - em sua maioria, brancas e socialmente privilegiadas -, que construíram seus ideais dentro do meio acadêmico e distante da comunidade em geral e das mulheres pretas, indígenas e periféricas. Isto aponta para uma necessidade do movimento feminista repensar suas abordagens de luta, no que concerne ao discurso trazido e às práticas propostas. A ideia que a militância é feita também fora da academia seria um grande ponto de partida.

Karine traz à tona falta de espaços de discussão e de luta em cidades pequenas; fato este que conduziu para que mulheres do interior não tenham, muitas vezes, uma relação positiva com o feminismo e nem acreditem que o mesmo possa beneficiá-las.

São estas reflexões que, aliadas ao movimento mais amplo das mulheres nos feminismos, podem ajudar na construção de um movimento feminista mais horizontal e adequado às necessidades de todas as mulheres.

Chego ao final das minhas conclusões, retomando parte importante do título deste trabalho: *ativismo feminista caipira*. A partir desta pesquisa, experienciei um aprofundamento da relação entre arte e ativismo político, denominado *ativismo*, por conta da capacidade da arte de mover sensibilidades e subjetividades que querem dizer algo ao mundo. Neste trânsito de contar ou mostrar múltiplas interpretações da realidade, a artista usa de uma relação estética-política em seu fazer artístico como resistência ao poder vigente e aos variados sistemas de opressão. Em diálogo com o feminismo, artistas são todas aquelas mulheres artistas que buscam transformar seus territórios por meio de seus processos artísticos como ferramenta pedagógica e política.

Nisto, entendo o ser feminista como uma forma de posicionar-se de maneira crítica sobre a realidade que me cerca. Compreendo o feminismo como um dos grandes movimentos de luta que podem transformar a estrutura social dominante; e o *ativismo* pode ser um dos instrumentos para colocar em prática ideias defendidas por feministas. Por sua vez, ser *caipira* afirma-se como uma identidade cultural de quem pertence, de forma física ou metafísica, a uma cidade pequena do interior de um país periférico, e nessa identidade supostamente marginal, encontra sua voz contra a subalternização. Nesta descoberta, torna-se possível reconectar-se com a sua própria formação cultural e pertencimento social, fortalecendo vínculos com seu lugar de origem e entendendo os seus incômodos e contradições em relação ao mesmo. No território *caipira*, as pessoas constroem suas existências e referências sobre a vida a partir das relações comunitárias; cria-se uma rede de sociabilidade, onde os conhecimentos e questionamentos são compartilhados de forma orgânica. É como a conversa na calçada aos finais de tarde com o vizinho; as fofocas da fila da padaria e os conselhos dados nos cultos e nas missas: boas e más, mas sempre ocasiões instrutivas sobre a realidade que nos cerca. E é neste ambiente que artistas feministas podem fazer a diferença, ao apresentar novas perspectivas de vida.

Referências

- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, p. 704-719, 2005.
- ANZALDÚA, Gloria. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 01, p. 229-236, 2000.
- BATISTA, Fabio; BACCON, Ana Lúcia Pereira; GABRIEL, Fábio Antonio. *Pensar a escola a partir de Foucault: uma instituição disciplinar em crise?*. Revista Inter-Ação, v. 40, n. 1, p. 1-16, 2015.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Vozes, 6. ed., p. 25-58, 2014.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- CABALLERO, Ileana Diéguez. *Liminaridades: práticas de emergência e memória*. O Percevejo Online, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 49-59, 2016.
- CABALLERO, Ileana Diéguez. *Um teatro sem teatro: a teatralidade como campo expandido*. Sala Preta, v. 14, n. 1, p. 125-129, 2014.
- CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloísio. *Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral*. Biblos, v. 16, p. 7-24, 2004.
- CRUZ, Beatriz Nates. *Pensar el mundo, practicar el entorno: etnografías y reflexiones desde una antropología de las territorialidades*. Disparidades. Revista de Antropología, v. 64, n. 1, p. 277-296, 2009.
- CRUZ, Beatriz Nates. *Soportes teóricos y etnográficos sobre conceptos de territorio*. Co-herencia, v. 8, n. 14, p. 209-229, 2011.
- DUVID GEOGRAFIA. *Da paisagem ao espaço - Prof. Milton Santos - FAU-USP 1995*. YouTube, 26 jan. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=juUkCzFTO5U>
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FEMINISTAS: O QUE ELAS ESTAVAM PENSANDO?. Direção: Johanna Demetrakas. Produção de Johanna Demetrakas, Lisa Remington, Gretchen Landau, Jeryl Jagoda. Estados Unidos: Distribuidora Netflix, 2018. Canal de streaming.
- FERREIRA, D. da S. *Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência Geográfica*. Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 9, n. 17 Abr., p. 111-135, 2014.

FERNANDES, Silvia; ISAACSSON, Marta. *Os campos expandidos do teatro*. Art Research Journal, v. 03, p. 01-09, 2016.

GARCIA, Carla Cristina. *Uma breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade, 2015.

GENOVEZ, Patrícia Falco; DE SOUZA, Gilson Magno. *Aproximações entre Gaia e Dionísio: os estudos territoriais e o teatro numa abordagem interdisciplinar/Gaia and Dionysus meetings: territorial studies and theater in an interdisciplinary approach*. Geografia em Atos (Online), v. 4, n. 11, p. 100-124, 2019.

GOLDBERG, Huxley P. *Common mental disorders: a biosocial model*. London: Tavistock, 1992.

GONZALES, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GONZÁLEZ, América Larraín; GARCÉS, Pedro José Madrid. *Aproximaciones al discurso de lo paisa en Colombia*. Revista de Antropología y Sociología: Virajes, v. 22, n. 2, p. 185-209, 2020.

HOOKS, bell. *O Feminismo é para todo mundo - políticas arrebatadoras*. Trad: Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2023.

KOUDELA, Ingrid Dormien, SANTANA Arão Paranaguá de. *Abordagens Metodológicas do Teatro na Educação*. Ciências Humanas em Revista, v.2, p. 145-154, 2005.

LACOSTE, Yves. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Papirus, 2005.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo decolonial*. Rev. Estudos Feministas, Florianópolis, v.22, n.3, set-dez. 2014.

MOASSAB, Andréia; REBOUÇAS, Renato. *Construindo Territorialidades*. In: I Seminário Arte Cidade. Salvador: UFBA, 2006.

NATALIE BARRA GODOY, K.; MOURÃO, L.; LOVISI OLIVEIRA, A.; CHAVES, B. *Construção das identidades de gênero na infância: os discursos dos brinquedos e brincadeiras*. Pensar a Prática, Goiânia, v. 24, 2021.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al. *O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração*. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017.

PEREIRA, Rui. *Antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo*. Revista Internacional de Estudos Africanos, v. 4, n. 5, p. 191-235, 1986.

PINHO, Paloma de Sousa; ARAÚJO, Tânia Maria de. *Associação entre sobrecarga doméstica e transtornos mentais comuns em mulheres*. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 15, p. 560-572, 2012.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade de Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Editora: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

RAFFESTIN, Claude. *A produção das estruturas territoriais e sua representação*. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Ed.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Editora Expressão Popular, 2009.

REVELAÇÃO. Direção: Sam Feder. Produção: Field of vision, Bow and Arrow Entertainment e Level Forward. Estados Unidos: Distribuidora Netflix, 2020. Canal de streaming.

SAFFIOTI, H. I. B.. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 16, p. 115–136, 2001.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Aguinaldo da Silva; DE FREITAS, Silvane Aparecida; DOS SANTOS, Maria Cristina Lopes. *A escola aparelhada e instrumentalizada com o panóptico*. UNIFUNEC Científica Multidisciplinar, v. 9, n. 11, p. 1-16, 2020.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. *Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial*. Caderno Prudentino de Geografia, [S. l.], v. 1, n. 31, p. 3–16, 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. São Paulo, 2012.

SILVA, Vivian da Veiga. *Dialogando com as línguas selvagens: contribuições de Gloria Anzaldúa para pensar o feminismo decolonial*. Revista Ártemis, [S. l.], v. 31, n. 1, 2021.

SPOLIN, Viola; KOUDELA, Ingrid Dormien. *Jogos teatrais na sala de aula: um manual para o professor*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.